

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**MARIANE DA SILVA**

**O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA:** O engajamento e a  
participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979.

Florianópolis

2015

MARIANE DA SILVA

**O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA:** O engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979.

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de bacharela em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff

Florianópolis

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Sala trezentos e trinta do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Cristina Scheibe Wolff**, Orientadora e Presidente, Professora **Kelly Teixeira**, Titular da Banca, e Professora **Tamy Amorim da Silva**, Suplente, designadas pela Portaria nº 74/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Mariane da Silva**, subordinado ao título: “O Movimento Feminino pela Anistia: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Cristina Scheibe Wolff**, a nota final *10*, da Professora **Kelly Teixeira**, a nota final *10*, e da Professora **Tamy Amorim da Silva**, a nota final *10*; sendo aprovada com a nota final *10*. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia dezesseis de julho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 10 de julho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. **Cristina Scheibe Wolff**.....

Prof. **Kelly Teixeira**.....

Prof. **Tamy Amorim da Silva**.....

Candidata **Mariane da Silva**.....

*Cristina Scheibe Wolff*  
*Kelly Teixeira*  
*Tamy Amorim da Silva*  
*Mariane da Silva*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o  
acadêmico(a) Marione do Silva, matrícula  
n.º 09265046, entregou a versão final de seu TCC cujo título é

"O Movimento Feminino pelo Anistia: participação e engajamento de mulheres  
catarinenses entre 1975 e 1978"  
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 16 de Julho de 2015.

Orientador(a)

A minha avó, Dona Lurdes, por todo cuidado, zelo e apoio,  
À Murilo Magno Paladini, por toda amor, carinho, companheirismo e força,  
Às mulheres que se dispuseram a abrir suas memórias e suas casas para a composição desse  
trabalho.

## AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a quem devo minha gratidão não só pela realização deste trabalho, mas pelo apoio e incentivo ao longo da minha graduação. Não conseguirei citar todas, mas guardo-as com muito carinho no coração.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Cristina Scheibe Wolff, por ter me dado à oportunidade de entrar para o Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. Obrigada pela sua orientação, paciência e dedicação. Principalmente, obrigada por acreditar em mim e na minha pesquisa.

Gostaria de agradecer as mulheres que gentilmente abriram a intimidade de suas casas e de suas lembranças para a construção desse trabalho: Maria Helena Garcia, Margaret Grandó, Maria Rita Bessa e Marise Maravalhas. Não poderia deixar de agradecer, também, ao jornalista e historiador Celso Martins que me permitiu a pesquisa em seu acervo pessoal, inclusive, emprestou-me documentos importantíssimos para o mapeamento do MFPA em Santa Catarina. A todas vocês: obrigada do fundo do coração!

No LEGH encontrei pessoas maravilhosas e amigas que se mostraram abertas a compartilharem seu conhecimento e experiência dentro dessa área de estudos. Especialmente, gostaria de agradecer à Tamy e a Josiely, pela força, carinho e o incentivo; as suas ajudas e colaboração foram primordiais para dar continuidade a esta ideia. Lucimari, obrigada por me deixar compartilhar as aflições e angústias; conte comigo no que precisares.

Aos amigos e amigas que fiz durante o estágio no Arquivo do Tribunal de Justiça: Carla, Carlos, Jonas, Emili, Fátima e Mariana, obrigada pelos conselhos, rizadas e amizade; espero levá-las para a vida pós-formatura.

Aos queridos amigos que fiz ao longo desses anos de graduação, Georgie, Marcelo, Mário e Paulinho: guardarei com muito carinho as recordações das discussões acaloradas nas salas de aula e botecos da vida. Apesar de, e em função da elaboração deste trabalho, eu estar ausente dessas *reuniões*, espero que o contato seja mantido e que as “geladas” sejam mais frequentes. Contem comigo sempre no que precisarem; no sentido acadêmico e pessoal.

A minha querida amiga Mayara que, durante esses anos de graduação tem sido mais do que um amiga, uma verdadeira parceira antes mesmo de termos iniciado a graduação. Obrigada por compartilhar as risadas, os bons e maus momentos, conselhos, confiança, apoio, carinho... A UFSC serviu para nos aproximarmos e partilharmos os medos e anseios. Obrigada pela sua amizade.

Gostaria de agradecer aos meus familiares, pelo apoio e confiança em todas as fases da minha vida. Por acreditarem que eu conseguiria entrar – e agora, sair - da Universidade Federal de Santa Catarina, com o diploma na mão e de cabeça erguida.

À minha prima, Juliana, por ser exemplo de dedicação acadêmica e determinação.

À minha amiga, *chefa* e futura sogra, Cida: obrigada por me aturar durante todos esses anos e por acreditar no meu potencial. Por todo afeto, apoio e torcida, meu muito obrigada.

Ao meu querido e amado companheiro, Murilo, pela compreensão e apoio inestimáveis, ao me aturar nesse período de “turbulência” emocional. Obrigada pelos conselhos e empurrões quando fraquejei. Obrigada por se manter ao meu lado em todos os momentos de angústias e aflições e por torná-los mais leves. Obrigada por ser sempre atencioso e compreensivo – até quando eu estou absurdamente errada. Sem você eu não conseguiria realizar este sonho. Obrigada por existir!

Para finalizar, eu gostaria de agradecer aos meus pais, Elisete e Luiz, pela educação e apoio incondicional em todas as minhas escolhas. À minha avó, Dona Lurdes, pelo imenso apoio emocional e material. Dizem que vó é mãe duas vezes, posso dizer que dona Lurdes é minha mãe, meu pai e minha avó... Só tenho a agradecer-lá pela preocupação e apoio inestimável e inquestionável. Sem o seu cuidado e zelo, desde a minha infância até a atualidade, eu não teria me tornado a pessoa que sou hoje. Gostaria que soubesses o quanto admiro a mulher forte que sempre fostes. A guerreira que, sem ter instrução e ajuda financeira, veio da Serra com quatro filhos pequenos e que venceu na capital, trabalhando noite e dia. Sou grata pelos ensinamentos de coragem, força, caráter e, principalmente, honestidade e sinceridade. A senhora é o meu porto seguro, minha inspiração.

Vó Lurdes e Murilo: é a vocês que dedico este trabalho.

*“A vida é um ato político e todos nós, somos seres políticos”.*

Therezinha Godoy Zerbine



## **RESUMO**

O presente trabalho pretende analisar a construção do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em Santa Catarina, buscando focar a participação e o envolvimento das mulheres catarinenses. Esse movimento foi iniciado em 1975, por Therezinha Godoy Zerbine na cidade de São Paulo. O núcleo catarinense, que será estudado, teve sua oficialização em 27 de novembro de 1977. Para realizar este trabalho utilizo como fontes entrevistas realizadas por mim com mulheres que participaram desse movimento, informativos produzidos pelo próprio movimento e recortes de jornais do ano de 1977. Dentre as categorias que me auxiliaram na elaboração desta pesquisa, estão as ferramentas da História Oral, História das Mulheres, Estudos de Gênero e Memória, usadas para compreender sobre a participação e inserção de mulheres no MFPA-SC. Compreendendo que essas sujeitas participavam de movimentos de contestação à ditadura civil-militar e que essa história ainda não foi escrita, utilizo as entrevistas orais visando problematizar de que forma essas memórias se constituem e contribuem para uma elaboração histórica sobre o período.

**Palavras-chave:** Movimento de Mulheres; Resistência Política; Gênero; Estratégias de Gênero.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the construction of the Movement for Amnesty Female (MFPA) in Santa Catarina, seeking to focus on the participation and the involvement of Santa Catarina women. This movement started in 1975 by Therezinha Godoy Zerbine in São Paulo. The Santa Catarina group, which will be studied, had its official on November 27, 1977. To do this work I use sources such as interviews conducted by me with participant women of this movement, information produced by the movement itself and 1977 year of newspaper clippings. Among the categories that helped elaborate this research, are the tools of Oral History, History of Women, Gender Studies and Memory, hoisted to understand about the participation and integration of women in the MFPA-SC. Understanding that these women participated in protest movements against civil-military dictatorship, and that this history has not been written yet, I have used oral interviews in order to question how these memories form and contribute to a historical elaboration of the period.

**Keywords:** Women's Movement; Political Resistance; Gender; Gender Strategies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Therezinha Godoy Zerbine .....	<b>32</b>
<b>Figura 2:</b> A primeira edição do Mara Quitéria.....	<b>40</b>
<b>Figura 3:</b> Documento elaborado a partir do primeiro encontro nacional do MFPA em São Paulo.....	<b>43</b>
<b>Figura 4:</b> Margaret Grandó, estudante de Bioquímica da UFSC, precursora do MFPA-SC e militante do Movimento Estudantil. Canal da Barra (Laguna) 1978.....	<b>54</b>
<b>Figura 5:</b> Carta da Anistia Internacional remetida ao bispo Dom Afonso Nihues em 29 de abril de 1976.....	<b>58</b>
<b>Figura 6:</b> Carta da Anistia Internacional remetida em resposta ao bispo Dom Afonso Nihues em 20 de junho de 1976.....	<b>59</b>
<b>Figura 7:</b> Conferência com Therezinha Zerbine para oficialização do MFPA – seção Florianópolis.....	<b>61</b>
<b>Figura 8:</b> “ANISTIA” capa de jornal de grande circulação catarinense da década de 1970.....	<b>63</b>
<b>Figura 9:</b> ANISTIA Para Todos os Brasileiros .....	<b>65</b>
<b>Figura 10:</b> Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.....	<b>66</b>
<b>Figura 11:</b> Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.....	<b>67</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1. ENTENDENDO O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA .....</b>	<b>28</b>
1.2 A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS DO MFPA .....	30
1.3 FEMININO EM OPOSIÇÃO AO FEMINISTA .....	36
1.4 APRESENTANDO “ <i>MARIA QUITÉRIA</i> ” .....	39
1.5 PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DO MFPA.....	42
<b>CAPÍTULO 2. A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE E O MFPA EM SANTA CATARINA.....</b>	<b>45</b>
2.2 A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE .....	46
2.3 A CONSTRUÇÃO DO MFPA - SEÇÃO FLORIANÓPOLIS.....	50
2.4 AS ATIVIDADES DO MFPA NOS IMPRESSOS .....	60
<b>CAPÍTULO 3. OS USOS E AS DISPUTAS DA MEMÓRIA .....</b>	<b>68</b>
3.2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: o caso da Novembrada .....	72
3.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: a desqualificação e o silenciamento do MFPA-SC	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	83
FONTES IMPRESSAS .....	87
FONTES ORAIS .....	87
<b>ANEXOS .....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso está centrado, de uma forma geral, no campo da História Cultural, na área de História das Mulheres e estudos de gênero, pois visa problematizar a memória de mulheres que, no ano de 1977, formaram o Movimento Feminino Pela Anistia em Santa Catarina (MFPA-SC).

A escolha de trabalhar com o MFPA surgiu na disciplina de História de Santa Catarina - ministrada pela professora doutora Cristina Scheibe Wolff, orientadora desse trabalho. A partir da sugestão da professora Cristina de pesquisar sobre as mulheres catarinenses que estavam envolvidas no contexto de luta pela Anistia, deparei-me com alguns trabalhos que abordavam o “*Movimento Feminino Pela Anistia*” da década de 1970, no Brasil, que até então eu desconhecia.

Durante a pesquisa bibliográfica encontrei trabalhos que visam problematizar a construção e disseminação desse movimento por diversos estados brasileiros, destacando São Paulo com a criação do núcleo central, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, sendo os núcleos que, tiveram diferentes temporalidades de fundação e alguns contaram com um maior número de participantes, como é o caso dos núcleos mineiro e cearense. O núcleo do MFPA de Santa Catarina não aparece nas investigações sobre esse movimento tampouco é problematizada em trabalhos que abordam os movimentos catarinenses de resistência à ditadura civil-militar. Entendo que importância dessa elaboração esteja ancorada não só no ineditismo do tema, mas na imprescindível contribuição à historiografia catarinense.

Entre os trabalhos que auxiliaram essa investigação, destaco algumas teses, dissertações e livros, pois além de trabalharem com o tema do MFPA em vários níveis (regional/nacional), possuem diversas perspectivas historiográficas, o que foi de grande valia para o estudo do MFPA catarinense. Dentro desse panorama, dentre as dissertações que auxiliaram na construção deste trabalho, destaco *Maria Quitéria: O Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa 1975-1979* de Maria Cecília Conte Carboni<sup>1</sup> que

---

<sup>1</sup> CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria**: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979). São Paulo, SP, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.

busca problematizar a luta pela anistia e a construção do MFPA, por meio de seu boletim *Maria Quitéria*. A grande contribuição desta dissertação é a de trazer para esse debate a análise das diversas posições assumidas pelo MFPA ao longo de suas; predominando a questão da Anistia e do encorajamento para as mulheres lutarem em prol da anistia. Essa discussão permitiu-me compreender as posições do grupo a nível nacional - o que engloba todos os núcleos – bem como os objetivos a serem alcançados pelas mulheres do MFPA.

Com relação às teses, destaco a *Memórias em disputa e Jogos de Gênero: o Movimento feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)* de Ana Rita Fonteles Duarte<sup>2</sup> que, por meio das narrativas de ex-integrantes do movimento no Ceará, busca compreender as estratégias utilizadas por mulheres ao encabeçaram a ação da anistia política, bem como problematizar a construção da memória sobre esse movimento a partir de entrevistas orais de participantes do núcleo do MFPA do Ceará. Com o enfoque nas relações de gênero, Ana Rita Duarte aponta que em momentos de crise são atribuídos diferentes usos do gênero. Utiliza como exemplo o movimento político argentino *Mães da Praça de Maio*<sup>3</sup>. A utilização do lenço branco – fralda – cobrindo a cabeça dessas mulheres remete ao cumprimento do papel da mãe/avó em busca do filho/neto desaparecido; podendo ser entendido, também, como estratégia política, pois essa utilização do gênero permitia-lhes a ação política, contando com o apoio da sociedade civil e afastando os agentes da repressão.

Por meio da dificuldade de encontrar bibliografias que se propusessem trabalhar com a temática do MFPA-SC, resolvi encarar o desafio de escrever sobre. Apesar de vários trabalhos contemplarem os diversos movimentos pela anistia, seja em nível nacional ou regional, o núcleo do MFPA de Santa Catarina não é problematizado em grande parte dessas pesquisas<sup>4</sup>. Claro que não pretendo encerrar esse assunto, até mesmo porque, o mais

<sup>2</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

<sup>3</sup> As “Mães da Praça de Maio” é uma organização de mulheres da Argentina (mães, avós) que tiveram seus filhos e netos desaparecidos por lutarem contra ditadura civil-militar instaurada. Até hoje, se reúnem todas as quintas-feiras nessa mesma praça, com seus lenços brancos na cabeça, contra o genocídio, a morte, a tortura e o esquecimento dos quase 30 mil cidadãos argentinos desaparecidos.

<sup>4</sup> Refiro-me aos seguintes trabalhos: ZUCCO, Maise. Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis: a importância atribuída às grandes capitais brasileiras. Anais do Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.; MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2006. 392 p.; PETERSEN, Janine. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Centro de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

fascinante na história é a possibilidade de se pesquisar sobre outras perspectivas, outros olhares e outros pontos de vista. E, sobretudo, que este trabalho sirva de estímulo para que outras pessoas se interessem pelo assunto e produzam sobre os movimentos de resistência catarinenses à ditadura civil-militar instaurada.

Ao optar por pesquisar um movimento majoritariamente de mulheres e a partir da História Oral, faz-se necessária a reflexão e discussão das categorias que cercam o tema – como os estudos de gênero e memória. A “grande novidade” desse movimento é a utilização dos papéis já habituados tradicionalmente como de mães, esposas, irmãs, amigas, etc., atribuídos pelo gênero, acionados por essas mulheres de forma estratégica, conscientes ou não, para exigir notícias de familiares e/ou amiga/os que foram presos acusados de cometer crimes políticos. Ana Rita Duarte ressalta que, essas estratégias podem ser pensadas, como em um “jogo de xadrez” - termo tomado de empréstimo de Luc Capdevila. Essas mulheres se colocavam em um ambiente público e se expunham no sentido de visibilizar suas causas, de forma mais geral, que era a anistia ampla, geral e irrestrita e por melhores condições carcerárias para pessoas presas<sup>5</sup>.

As diferentes representações e significados que envolvem a participação de mulheres na vida pública ultrapassam os limites definidos como “espaço de mulheres”. Apesar de defenderem interesses que fazem parte do “papel da mulher” – cuidar do lar, dos filhos, zelar pela família – estavam partindo para um universo público, presente no imaginário social, como cenário masculino. Ao adentrar esse espaço, reivindicando questões do “privado”, utilizaram estratégias para não sofrerem com a repressão.

Nesse trabalho faço uso da definição de Joan Scott<sup>6</sup> que percebe o gênero constituído pelas relações sociais. Diante disso, ela aponta que:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> DUARTE, op. cit., p. 15.

<sup>6</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995, p. 13-14.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 14.

Optei por mobilizar essa categoria de análise, pois percebo que no interior do MFPA, a utilização desses “papéis sociais” por essas sujeitas, era realizada de forma estratégica, buscando o afastamento de uma possível conotação política do movimento. Não que todas as participantes percebessem isso, esses usos poderiam ser conscientes ou inconscientes, mas pondero que, como ressaltou Therezinha Zerbine, a participação exclusiva de mulheres no grupo era “estratégia de guerra”<sup>8</sup>. Ainda no sentido de *estratégia de guerra*, a porta voz do movimento apontava que a presença de homens inibia a autonomia das mulheres. A exclusão deles dava ao movimento características de “ausência de objetivos políticos” e “neutralidade”, como bem salienta Ana Rita Duarte. Ou seja, na ação das mulheres do Movimento Feminino pela Anistia, temos a consciência de que se jogavam as estratégias de gênero para se manterem “seguras” da repressão, com uma aparência menos política, por se tratar de um movimento de mulheres<sup>9</sup>.

Compreendido esses elementos, compartilho da ideia do termo estratégias ou “jogos de gênero”, defendidas por Ana Rita Duarte, apoiando-se nas concepções instrumentalizadas por Capdevila<sup>10</sup> em que, em momentos de crise, os “papéis” de gênero ficam mais frouxos, possibilitando às mulheres adentrar ao espaço público – que é político. Ao relacionar à luta em defesa do lar e da coletividade, Ana Rita aponta que:

[...] as mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em Guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe, VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2011, p.250.

<sup>9</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.190-211, 11 jun. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: 10.5007/1807-1384.2013v10n1p190.

<sup>10</sup> Luc Capdevila historiador francês especializado em História Social e Cultural da Guerra e que tem transitado de maneira intensa sobre as discussões de gênero. Ao trabalhar com a Segunda Guerra Mundial, o autor percebe que é um período em que as mulheres vão para o mercado de trabalho com uma maior intensidade, permitindo, com isso, adentrar com mais força no mundo político. Ver em: PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.81-102, 2005. Trimestral.

<sup>11</sup> *Ibidem*, 2009, p.15.



Entendo que no MFPA, durante o período de exceção, as mulheres que participaram desses grupos buscavam afastar a ideia de subversivas e jogavam com os papéis a elas designados tradicionalmente. Ao apoiarem-se no gênero, passam a integrar o espaço político, buscando afastar a imagem de “subversivas” e legitimando a causa - como nobre e digna de apoio social - imbuída do sentimentalismo presente na representação de um ideal feminino.

Tendo essas questões em vista, nesse estudo que tem o foco no segundo período da década de 1970 e de acordo com o que a autora Raquel Rocha salienta, é importante não perder de vista que:

Tão importante quanto a reconstrução histórica do período ditatorial do Brasil é compreender a memória sobre tal período, seu conteúdo simbólico e imaginário e também sua força identitária, posto que se tornou sinônimo de juventude e rebeldia, em especial para as mulheres, por força da eclosão da revolução sexual e da atuação dos movimentos feministas.<sup>12</sup>

Nesse cenário, buscando compreender o período e a construção de uma memória do MFPA, para isso utilizo a História Oral como aporte metodológico e as discussões sobre memória como referenciais teóricos. A intenção ao recorrer às memórias e experiências das ex-participantes do MFPA – núcleo Santa Catarina – é a de mapear e historicizar a construção desse movimento, por meio das memórias de mulheres para, a partir daí, perceber os diferentes usos dessas memórias, assim como a problematizar o processo de construção de uma memória sobre o período.

Dentre as discussões teóricas que cabem à metodologia da História Oral, faz-se necessário perceber a questão da subjetividade que envolve o ato de lembrar e transformar em palavras aquilo que se tem na memória ou o que se faz perceber como memória e fazemos recordar por meio de perguntas. De acordo com Alessandro Portelli, a “motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> ROCHA, Raquel Caminha. Construindo uma memória militante: mulheres e oposição à ditadura civil-militar brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADES E CULTURAS, 1, 2012, Ceará. **Anais...** . Ceará: UEC, 2012, p. 1 - 27.

<sup>13</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 2.

Ao trabalhar com a História Oral de Mulheres, entendo que essa construção se dá no presente e como fruto de uma “entre/vista”, ou seja, a partir da interação da pesquisadora com a entrevistada que conta sua história através da memória, mas, também, que reconstitui as respostas a partir das perguntas direcionadas. Compreendo, com isto, que a memória não é algo fixo, mas um “trabalho”, como aponta Elizabeth Jelin<sup>14</sup>, de lembrar, esquecer, silenciar, emergir.

As críticas direcionadas à História Oral na sua utilização como fonte historiográfica são relacionadas à subjetividade de quem rememora, assim como de quem induz essa rememoração. Cabe nesse momento enfatizar que toda fonte histórica sejam elas entrevistas orais, jornais, panfletos, por exemplo, possuem intencionalidades e não podem ser entendidas como fragmentos imparciais do passado; necessitando, então, a identificação do momento de sua construção, quem (ou o quê) a produziu, para quem se destina, entre outros elementos importantes.

Ao questionar o caráter subjetivo da história oral, Portelli aponta que,

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados<sup>15</sup>.

A conscientização dessas subjetividades permite investigar os caminhos e as relações que a entrevistada faz com o passado/presente, principalmente, quando se trata de memórias de um período de intensa repressão e violência política. Para além da narrativa da experiência vivenciada pelas entrevistadas, como aponta Silvia Salvatici, “a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória”<sup>16</sup>.

Por meio da perspectiva da História Oral, torna-se possível o fazer História das Mulheres, contrapondo a narrativa tradicional da História que restringe essas sujeitas aos ambientes privados e a rigidez dos papéis de gênero. Como lembra Michelle Perrot, as mulheres “são uma leve sombra” na historiografia tradicional, pois ela “privilegia a cena

<sup>14</sup> JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI de España, 2002, p.100-107.

<sup>15</sup> PORTELLI, op. cit., 1996, p. 2.

<sup>16</sup> SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005 p. 41.

pública – a política e a guerra - ondes elas aparecem pouco”<sup>17</sup>. Acredito que ao fazer-se História das Mulheres por meio da História Oral oportuniza-se vislumbrar a constituição política dessas sujeitas, pois como bem enfatiza Michelle Perrot: “o que importa reencontrar são mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”<sup>18</sup>.

Ao conversar com as mulheres que participaram do MFPA catarinense, antes mesmo de marcamos a data da entrevista, algo em comum me chamou bastante a atenção: passados quase quarenta anos da organização desse movimento, essas mulheres nunca foram cotadas para contarem as suas histórias de luta contra ditadura. Ou seja, essas sujeitas estavam à frente de um movimento nacional, em defesa da democracia e contra o aparelho repressivo instaurado e nunca foram ouvidas. O objetivo desse trabalho é justamente o de escrever essa história do MFPA por meio da fala dessas pessoas; suas vivências, percepções e contribuições nos movimentos sociais na década de 1970 no Brasil.

Para a compreensão da memória do MFPA, em Santa Catarina, foi necessário ir atrás de outros indícios que me permitissem recuperar a trajetória do movimento. Fui pesquisar no acervo de jornais da década de 1970 da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina - BPSC me deparei com a notícia da oficialização do núcleo catarinense do MFPA<sup>19</sup> e indicando a Cúria Metropolitana da Capital como o local das reuniões. Assim como na BPSC, fui muito bem recepcionada na Cúria Metropolitana da Capital, onde tive acesso a mais de 60 cartas da Anistia Internacional<sup>20</sup>, endereçadas ao bispo Dom Afonso Nihues, da Arquidiocese de Florianópolis na década de 1970. O conteúdo dessas cartas demonstra a importância do papel desempenhado por essa organização, ao exercer pressão às autoridades competentes para lutarem em prol dos presos políticos.

Todo esse trabalho de *investigação* só foi possível com a ajuda das entrevistadas, que a cada encontro, cada conversa, indicava nomes e formas de contatar estas pessoas. O fato é que uma entrevista leva à outra e possibilita retornar o contato com pessoas que a

---

<sup>17</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 33.

<sup>18</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 187.

<sup>19</sup> Jornal O Estado de 1977.

<sup>20</sup> A Anistia Internacional foi fundada em 1961 e ganhou o Nobel da paz em 1974. Sobre isso ver em: BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Anistia Internacional: roteiros da cidadania-em-construção**. São Paulo, SP: Annablume: Fapesp, 2002, p.69.

muito tempo não se viam. Diante dessa rede de contato e ajuda mútua, tive a oportunidade de pesquisar no acervo particular do jornalista e historiador Celso Martins que, possui um vasto acervo documental – que conta com jornais, revistas, panfletos, fotografias, cartas, entre outros documentos - importantíssimo para a compreensão do aparelho repressivo em Santa Catarina.

Para a construção dessa pesquisa, foram entrevistadas quatro mulheres, sendo elas Marise Maravalhas, Maria Helena Garcia, Maria Rita Bessa e Margaret Grando, entre os meses de setembro (2014) e abril (2015). Um ponto em comum e incomum que me chamou a atenção durante as entrevistas é que a maioria dessas mulheres atribuiu pouca importância para o MFPA-SC, ação da qual tiveram participação ativa, ao passo que enfatizam a Novembrada, por exemplo, como marco representativo da resistência catarinense à ditadura civil-militar. Minha intenção aqui não é comparar o alcance e a repercussão desses dois movimentos, pois há uma série de fatores que os diferenciam, inclusive o momento político. Intenciono entender os fatores que contribuíram, ou não, para a construção de uma memória sobre o MFPA e entender como se dá esse processo de desqualificação desse movimento que é político.

Dessa forma, por meio dessas memórias do MFPA, visando compreender e relacionar os elementos que contribuem para a construção dessa pesquisa acredito que a expressão “colcha de retalhos”<sup>21</sup>, utilizada por Alessandro Portelli, seja a mais adequada. Para Portelli “a História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas”<sup>22</sup>. Sendo assim, a História Oral tende a representar a realidade a partir de vários olhares e várias memórias que, ao se juntarem, intencionam formar um todo coerente – o que nem sempre ocorre.

Ao utilizar as memórias dessas mulheres sobre o período, intenciono por meio desses “retalhos”, questionar os “enquadramentos de memória” – termo utilizado por Pollak ao contrapor a ideia de memória coletiva de Halbwachs – em que a memória construída sobre a Novembrada, considerada como o principal movimento catarinense de contestação à ditadura civil-militar, em detrimento de todos os outros, principalmente, o MFPA, em que as próprias entrevistadas participaram.

---

<sup>21</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr., 1997, p. 16.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 16.

De acordo com Pollak, ao buscar essas “memórias clandestinas”<sup>23</sup>, ou subterrâneas - que são consideradas opositoras à “memória oficial” ou lugar de resistência - devemos nos ater a análise de sua função, propriamente dita. É necessário compreender que as operações de salvaguarda de ações do passado podem estar, de forma consciente ou não, “na tentativa de reforçar ou definir sentimentos de pertencimento ou de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”<sup>24</sup>. Em função disso, ao trabalhar com o “enquadramento de memória”, segundo Pollak, é possível entender de que forma “as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, de cima para baixo”<sup>25</sup>. Ao pesquisar sobre o MFPA-SC, acredito ser de extrema importância à apreensão desses processos de construção dessa memória coletiva sobre o período de 1975-79, pois a participação dos movimentos de mulheres na resistência à ditadura civil-militar tende a ser solapada, sendo atribuindo importância, somente, aos movimentos de esquerda.

Para melhor entender esse processo de construção das memórias, primeiramente, faz-se necessário entender o cenário nacional e estadual de ditadura civil-militar e a participação de mulheres nos movimentos de esquerda pela redemocratização do país. Para isto, farei uma breve exposição bibliográfica sobre as décadas de 1960 e 1970 a fim de apresentar a conjuntura de radicalização política na qual esse movimento estava inserido. Utilizarei, dessa forma, a periodização do regime militar brasileiro proposta por Ana Colling, que o divide em três fases distintas:

A primeira, que vai do golpe em 1964 à instituição do Ato Institucional nº 5; a segunda, que corresponde ao período de maior centralização política e repressão, de 1968 a 1974; e a terceira, corresponde ao processo de abertura política, de 1974 à revogação do AI-5, em dezembro de 1978<sup>26</sup>.

Essa periodização será utilizada para situar temporalmente os diferentes momentos do regime autoritário e os movimentos de contestação em decorrência do acirramento da repressão. A primeira fase é a do golpe de 1964 e a implantação de uma “nova ordem”

---

<sup>23</sup> Referência de Polak à Halbwachs (1968) relativas a memórias clandestinas. POLAK, 1989, p.3: Apud. : M. Halbwachs, **La mémoire collective**, Paris, PUF, 1968.

<sup>24</sup> POLAK, MICHAEL. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989. Semestral, p.9-12.

<sup>25</sup> Ibidem, 1989.

<sup>26</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p.22.

política, no Brasil, que resultou num cenário de coerção, perseguição, medo e censura; seguidos de prisões, desaparecimentos, torturas e mortes. As medidas arbitrárias tomadas após o golpe acabaram por suspender todas as garantias legais - como o *habeas corpus* no Ato Institucional nº 5 - para reprimir todos àqueles que se sentiam encorajados a se opor ao governo e, também, para consolidação do Estado por meio da violência.

Entre as possíveis explicações sobre o Golpe, pode-se inferir o acirramento dos conflitos sociais, a “necessidade” de expansão do capital internacional e nacional, bem como a derrubada de movimentos sociais contrários ao regime vigente. O estabelecimento de regimes ditatoriais na América Latina contribuiu, e muito, para a expansão do capital internacional, pois este era associado às burguesias nacionais<sup>27</sup>. Em um contexto de Guerra Fria, a bipolarização do mundo entre capitalistas e socialistas<sup>28</sup>, os setores da direita conservadora acreditavam que o socialismo destruiria o desenvolvimento econômico do país sendo necessário, então, exterminar o inimigo. A “ameaça comunista”, que o Estado autoritário buscava extinguir, estava ancorada no crescente e diverso movimento de esquerda que aflorava por todo o território da América Latina, especialmente naqueles países que vivenciavam um governo ditatorial – como é o caso do Paraguai, Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai<sup>29</sup>.

Após passar por um período de inicial de aceitação, principalmente, do apoio da classe média<sup>30</sup> condicionada pela forte campanha da Igreja Católica – como a Marcha da Família com Deus pela liberdade - observa-se um crescimento vultoso dos movimentos de contestação ao governo. Dessa forma, entre 1966 e 1968 a oposição passa a agir constantemente, reunindo estudantes, líderes de trabalhadores e intelectuais, como as marchas que ocuparam as ruas do Rio de Janeiro (Passeata dos Cem Mil) e São Paulo

<sup>27</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. O movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia. Curitiba: CRV, 2001, p 27-30.

<sup>28</sup> Período conhecido como “Guerra Fria” (1945-1989) em que EUA e URSS disputavam a hegemonia econômica, política e militar no mundo.

<sup>29</sup> Refiro-me aos seguintes regimes ditatoriais no Cone Sul: Paraguai (1954-1989), Chile (1963-1990), Bolívia (1964-1982), Argentina (1966-1973) e Uruguai (1973-1985). Sobre isto, ver em: WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007.

<sup>30</sup> Sobre o sentimento de traição vivenciado pela classe média - cujo golpe contrariou seus interesses – a autora Anna Barreto, apoiando-se na concepção de Daniel Reis Filho e Pedro Morais, o relaciona à força do movimento estudantil, pois muitos desses estudantes eram de classe média. BARRETO, 2011, p.32 *Apud* REIS, Daniel Aarão; MORAIS, Pedro. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p.12.

(greves operárias de Contagem e Osasco)<sup>31</sup>. A resposta dos militares é ainda mais violenta, vem com as cassações, repressão aos sindicatos e movimentos de trabalhadores e aos estudantes. As campanhas da sociedade civil entre 1964-1968 foram derrotadas pela repressão e isolamento promovidos pelo autoritarismo vigente.

Com a edição e aprovação do AI-5, iniciou o segundo momento do regime civil-militar, com a oficialização do terrorismo de Estado que já vinha promovendo uma série de atentados anonimamente. Estava posto o caráter ditatorial que o governo passara a assumir; com o fechamento do Congresso e o “recesso” das Assembleias Legislativas Estaduais, é conferido ao governo pleno poder para “cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, aposentar ou demitir juízes ou outros funcionários públicos, julgar crimes políticos em tribunais militares, etc.”<sup>32</sup>. A “segurança nacional” era a “bandeira da vez”; todas as ações autoritárias do governo militar eram legitimadas por essa causa.

Com o crescimento dos movimentos de contestação ao regime - como o movimento estudantil e sindicalista – e da ação de grupos de oposição armada<sup>33</sup>, o governo fez com que a edição desse Ato Institucional significasse mais do que uma medida de “segurança nacional”. No cotidiano correspondeu à generalização do uso da tortura, dos sequestros/desaparecimentos e dos assassinatos aos opositores. A censura passa a ser utilizada plenamente para garantir a segurança das famílias e da sociedade, buscando por um fim a agitação política e cultural do período. Além do AI-5, o governo ditatorial instituiu o Decreto nº 477<sup>34</sup> que reprimia estudantes e professores restringindo qualquer tipo

---

<sup>31</sup> Cabe salientar aqui a importância da “Passeata dos Cem Mil”, realizada em 26 de junho de 1968 nas ruas do Rio de Janeiro. Refletindo a insatisfação dos estudantes de vários setores da população, contando com a participação de jornalistas, intelectuais, padres, operários, etc..

<sup>32</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). op. cit., p. 152.

<sup>33</sup> É importante salientar que a luta armada já era uma possibilidade para os grupos de esquerda desde o início da década de 1960. Ver em: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>34</sup> “Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; (...) § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.” Revogado pela Lei 6.680 de 1979. BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Define Infrações Disciplinares Praticadas Por Professôres, Alunos, Funcionários Ou**

de manifestação. Porque muitos estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino continuavam na luta. As penalidades aos estudantes que participavam desses movimentos eram marcadas com a expulsão e proibição de se matricular em outra instituição de ensino pelo prazo de três anos e, no caso de professores e funcionários, demissão e/ou dispensa, além da proibição de atuar na área do ensino pelo prazo de cinco anos.

Paralelamente, os golpes de estado na América Latina, a década de 1960, segundo a autora Céli Pinto foi marcada – principalmente - na Europa e nos Estados Unidos, por cenários de grande efervescência política, de revolução dos costumes e de radical renovação cultural. Quando se fala em revolução dos costumes, não há como não retomar a discussão do movimento feminista, que por meio das suas ondas<sup>35</sup> contestavam o código social baseado no patriarcado, que naturaliza a subordinação das mulheres perante os homens, assim como, essencializa como práticas femininas aquelas relacionadas ao ambiente privado - o serviço doméstico, o cuidado dos filhos, etc..

Apesar dos primeiros grupos feministas, enquanto grupo organizado só ter emergido na década de 1970 essas ideias já circulavam pelo Brasil. Como bem pontua a antropóloga Cinthya Sarti,

[...] o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar e, assim, nomear, hoje, o que naquele início eram mal-estares sem nome, na ainda feliz expressão de Betty Friedan<sup>36</sup>.

---

**Empregados de Estabelecimentos de Ensino Público Ou Particulares, e Dá Outras Providências.** Brasília, DF..

<sup>35</sup> Utilizo a concepção de Primeira e Segunda Ondas Feminista proposta por várias/os autoras/es, entre elas/es, Celi Regina Jardim Pinto. A Primeira Onda, ocorrida no final do século XIX e início do XX, se refere ao movimento sufragista que objetivava a inserção das mulheres na política – o direito de votar ser votada, a inserção da mulher na sociedade como cidadã, sem colocar o homem como o causador dessa opressão, chamando-o de “feminismo bem comportado”. Já a Segunda Onda feminista, ocorrido entre as décadas de 1960-80, a autora Céli Pinto enquadra-o como a fase “malcomportada”, pois além de retomar as contestações da “primeira onda”, essas mulheres lutavam pelo fim da discriminação, igualdade entre homens e mulheres, etc.. As reivindicações também eram pautadas no direito ao prazer e ao corpo: as práticas repressivas sofridas pelas mulheres eram ligadas ao domínio do corpo, sendo esse domínio considerado a expressão máxima do machismo. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 14-15.

<sup>36</sup> SARTI, Cynthia A.. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cad. Pagu**. 2001, n.16, pp. 32-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>> Acesso em: 22 set. de 2014.



Esses “mal-estares” podem ser entendidos com o impacto das discussões sobre o feminismo, em âmbito internacional, e nas mudanças da situação da mulher com o questionamento da tradicional hierarquia de gênero. Essas mulheres passam a integrar o espaço público que é político e exercendo ação política.

Um bom exemplo dessa participação de mulheres no espaço público é a mobilização da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”. Essa marcha foi mobilizada pela Campanha da Mulher em Defesa da Democracia (CAMDE), no estado de São Paulo em 19 de março de 1964; dias antes do golpe civil-militar. A historiografia sobre o tema aponta o instituto IPES<sup>37</sup> como o organizador da classe média para pressionar a derrubada de João Goulart<sup>38</sup>. Contudo, a “Marcha da Família com Deus pela liberdade” contou com, principalmente, mulheres de classe média, que buscavam legitimar a defesa do seu “papel”: lutar pela integridade da família cristã brasileira.

Na metade da década de 1970 a instituição da ONU como o Ano Internacional da Mulher, tornou o ambiente propício para que movimentos como o MFPA emergissem. O perfil das participantes do Movimento Feminino pela Anistia são mulheres concernentes da classe média e que, também, lutavam pela reconstrução de suas famílias, pelo retorno dos seus filhos, maridos, amigos ao lar e as “suas responsabilidades”. A própria líder do movimento, Therezinha Zerbine, em diversos momentos fez questão de enfatizar o caráter não feminista do movimento, pois o fazia em defesa da tradicional família cristã. Diante desse quadro de identificações, a adoção de diferentes identidades - além do que era “esperado da mulher” - ao abraçarem uma causa coletiva, contribuíram para o processo de quebra e reelaboração de normas, tabus e valores que afetavam diretamente a vida em sociedade, buscando outras identificações.

No interior do grupo organizado por Therezinha Zerbine, havia um grande número de mulheres de posições e trajetórias diversas. Esse grupo constituído entre os anos de 1975-79, em um momento chave para o feminismo brasileiro, não queria se identificar com ele, apesar de num primeiro momento publicar suas reivindicações em jornal feminista. Assim como militavam em diversos movimentos de contestação, muitas mulheres não se

---

<sup>37</sup> Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) formado por empresários que defendiam a reforma capitalista progressista econômica e política do Brasil.

<sup>38</sup> Sobre a ação do IPES, ver: DREIFUS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

consideravam feministas, aliás, ser identificada (ou identificar alguém) como feminista não era visto com bons olhos. Como aponta a antropóloga Cynhia Sarti, ser feminista era algo pejorativo, pois o feminismo era considerado: “para a direita reformismo imoral e para a esquerda reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independente de sua ideologia, feminismo significava antifeminino”<sup>39</sup>.

Muitas das reivindicações dos movimentos de mulheres nesse período perpassam o que estava em discussão com a “Segunda Onda Feminista”, sem, no entanto, se identificarem como tal. A intenção ao levantar a discussão sobre o feminismo, não é de tentar colocar esse movimento “em uma caixinha” e sim, pensar de que forma essas ideias são recepcionadas e incorporadas pelos movimentos de contestação da década de 1970. Além disso, é o momento de propulsão do feminismo como contestador de hierarquias.

Para discutir esses elementos presentes no Movimento Feminino Pela Anistia, este trabalho está dividido em três capítulos, nos quais me preocupei em separá-los por subitens que melhor esclarecem minhas intenções com essa pesquisa. No primeiro capítulo, apresento um panorama geral sobre o MFPA, a disseminação do movimento por diversos estados por meio da criação de núcleos, salientando a importância de Therezinha Zerbine e a forma como a mesma concebeu e articulou o movimento. Para isto, apresento o boletim oficial do MFPA, o “*Maria Quitéria*”, que se preocupava em traduzir o debate sobre a questão da Anistia, as conferências, os seminários e as palestras ao longo do território nacional – e alguns internacionais - enfatizando a importância da Anistia e convocando as mulheres para se mobilizar em torno da luta.

No segundo capítulo, abordo a criação do MFPA em Santa Catarina a partir da data oficial de criação do núcleo com a fala de Therezinha Zerbine na Assembleia Legislativa do Estado, no ano de 1977. Para entender a ação da ditadura civil-militar em território catarinense abordo, especificamente, a Operação Barriga Verde em que consistiu na prisão de suspeitos de articulação do Partido Comunista em Santa Catarina. Nesse capítulo utilizo, também, algumas notas de jornais de circulação diária como “O Estado” de novembro de 1977, duas cartas da Anistia Internacional encaminhadas ao bispo Dom

---

<sup>39</sup> SARTI, Cynthia A.. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION), 21., 1998, São Paulo. *Anais...* . Chicago: Latin American Studies Association, 1998. p.6.

Afonso Niehues e documentos do MFPA cedidos do acervo pessoal de Margaret Grando para esta pesquisa.

Já no capítulo três, busco compreender os processos de construção da memória e a forma como essa memória vai se moldando por meio da influência das mídias (jornais, documentários, filmes, saberes escolares, etc.). Ao abordar a questão da construção de uma memória, individual ou coletiva, intenciono entender os protagonismos e não protagonismos presentes nessas memórias, devido a pouca importância que é atribuído ao MFPA em Santa Catarina, enquanto consequência dessa construção a posteriori.

## CAPÍTULO 1. ENTENDENDO O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

*De 1964 a 1975, éramos um grupo de mulheres muito sofridas, muito amarguradas e como cidadãs, nos angustiávamos ao ver a sorte do nosso país. Realmente sofríamos muito como todo o povo*<sup>40</sup>.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi fundado oficialmente em 15 de dezembro de 1975, em São Paulo, pela advogada Therezinha Godoy Zerbine. A principal bandeira do movimento era a luta por uma Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e exilados políticos e pela redemocratização do país.

A década de 1970 deve ser percebida como uma significativa chave interpretativa para entender os movimentos de oposição às ditaduras civil-militares que assolavam a América Latina. Durante a década de 70, também, são sentidos os efeitos da chamada “Segunda onda” do movimento feminista, cujas reivindicações são às questões ligadas ao corpo feminino<sup>41</sup> e a criação dos primeiros grupos de discussão feministas brasileiros.

Ao ser instituído 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a realização de uma conferência no México, foi aberto o debate sobre as questões das mulheres na esfera pública incentivando a criação de outros eventos com o mesmo objetivo. A proposta da ONU com esse evento era discutir a condição da mulher, por meio da fala delas próprias, em diferentes modalidades de comunicações e propor metas para que essas mudanças acontecessem. Nesse evento, Zerbine fez uma fala enfatizando a importância do papel da mulher na luta pela Anistia. Com a leitura do “*Manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia*”<sup>42</sup>, passa a ser oficializada a criação do Movimento Feminino pela Anistia.

A fala da presidenta do MFPA na conferência da ONU é marcada pela ênfase na participação da mulher na luta pela Anistia, pela igualdade e pelo restabelecimento das liberdades individuais. Os trechos destacados abaixo deixam claro o posicionamento e a intenção do movimento:

<sup>40</sup> ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia – Semente da liberdade**. São Paulo, 1979, p. 121.

<sup>41</sup> Apesar de se tratar de uma convenção europeia, a “Segunda Onda” do movimento feminista, neste trabalho, é compreendida pelas lutas contra o patriarcado e pelo direito das mulheres ao prazer e ao corpo. Esse movimento passou a ter força no Brasil com a instituição da ONU como o Ano Internacional da Mulher.

<sup>42</sup> Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o Movimento Feminino Pela Anistia em março de 1975. ZERBINE, op. cit., 1979, p. 27.

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz. A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial. [...] Nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional<sup>43</sup>.

Os ideais de família, paz e Anistia aos presos políticos estão presentes em todas as comunicações do movimento. A particularidade nessa “primeira fala” é a ênfase na *igualdade* e na fortificação do papel das mulheres pela paz mundial. Therezinha Zerbine sabia bem que se tratava de um evento cujo tema principal era a discussão do *papel da mulher* e a busca pela *igualdade*. As articulações dessas palavras-chave são de extrema importância para a aceitação e entendimento do MFPA como uma luta das mulheres, que fica evidenciado no *Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia*:

Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!<sup>44</sup>

A oficialização do Movimento Feminino pela Anistia e a repercussão do manifesto, em março de 1975, foram decisivos para a disseminação do movimento em território nacional. A partir dessa fala e da publicação do manifesto em alguns jornais da época, no segundo semestre daquele ano e nos que se seguiram, foram marcados por diversas conferências buscando enfatizar a importância da luta pela anistia e a convocação das mulheres a se adensarem o movimento.

A primeira ação efetiva do movimento foi logo após a conferência no México, em setembro de 1975, com a realização de um abaixo assinado encaminhado ao gabinete do

---

<sup>43</sup> ZERBINE, *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>44</sup> ZERBINE, *Ibidem*.

ministro Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete da presidência civil à época. Esse manifesto em favor da Anistia continha mais de 16.000 assinaturas. A organização do movimento conseguiu reunir em pouquíssimo tempo esse grande número de assinaturas em favor da Anistia. A partir da iniciativa do MFPA outros movimentos e comitês foram criados com a finalidade de lutar pela Anistia política ampla, geral e irrestrita, como os CBA's – Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz, etc..

Para melhor compreender as motivações e objetivos do MFPA, na próxima seção abordarei a formação do Movimento, visando problematizar os mecanismos empregados para a disseminação, aceitação e discussão da Anistia no cenário nacional. Nesse sentido, destaco algumas falas da presidenta do movimento com a intenção de perceber as manobras utilizadas para afastar a conotação subversiva e feminista do MFPA.

## 1.2 A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS DO MFPA

O “convite” para a formação de um núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia, segundo Therezinha Zerbine, era feito por meio de cartas, buscando apresentar o movimento e os seus objetivos. Durante a pesquisa bibliográfica e nas entrevistas realizadas, fica evidenciado o caráter restrito do movimento: inicialmente, somente mulheres participavam das reuniões e eram admitidas como “sócias”. A presença de homens se dava na função de colaboradores, participando das atividades desenvolvidas pelo MFPA e/ou com algum tipo de apoio material<sup>45</sup>. Essa particularidade do primeiro núcleo do MFPA não foi vivenciada em Santa Catarina - conforme as falas das pessoas por mim entrevistadas, por ter se oficializado num período de maior “estabilidade” - por assim dizer – da organização. Temática esta que será aprofundada no segundo capítulo deste trabalho.

Sempre que questionada sobre as razões de se organizar um movimento de mulheres em prol da Anistia, em meio a uma ditadura civil-militar, a argumentação da Therezinha Zerbine baseia-se no sentimento de pertencimento à luta pela redemocratização do país. Essa argumentação central está centrada na emoção e no (res)sentimento. Sabe-se que o regime de exceção instaurado no Brasil na década de 1960 contou com o apoio da

---

<sup>45</sup> BARRETO, op. cit., p.75.

classe média, Igreja e das elites brasileira e, na década de 1970, o cenário passa a ser de medo, frustração e desconfiança.

Therezinha Zerbine, em particular, pertencia a essa elite brasileira: era esposa do general reformado Euryale de Jesus Zerbine<sup>46</sup>, vista como uma “senhora distinta” que se envolvera na luta pela redemocratização e Anistia aos presos e exilados políticos, pela solidariedade a essas pessoas e aos familiares em suas lutas pessoais. Por ser esposa de um general, Therezinha conheceu grande parte da cúpula do exército, inclusive, alguns ex-presidentes. Aproveitando-se dessa aproximação, soube como poucos enfrentá-los e desafiá-los, sem atravessar os limites da restrita legalidade.

Inevitavelmente, durante as leituras sobre o MFPA e, principalmente, ao ler as entrevistas concedidas pela porta voz do movimento, as facilidades de acesso a certos locais e às informações, provavelmente, estavam ligadas a sua posição social: branca, esposa de general – ainda que cassado - e intelectualizada. Acredito que a possibilidade de se conseguir caminhar no limite da legalidade, buscando mobilização e apoio popular para o movimento, seria bastante arriscado para uma “mulher comum”. Não é a minha intenção tirar os méritos pelo alcance do movimento iniciado por Therezinha, mas sim, de dar luz a esses fatores que podem ter contribuído para a fácil aceitação e apoio da sociedade como um todo.

---

<sup>46</sup> Euryale de Jesus Zerbine era um general legalista que foi preso e teve seus direitos políticos cassados com o golpe civil-militar de 1964.

**Figura 1:** Therezinha Godoy Zerbine



**Fonte:** reportagem sobre o Movimento Feminino pela Anistia. *Brasil Mulher*, 09/10/1975, p.9.

A fotografia de Therezinha Zerbine é datada de 1975, o primeiro ano do MFPA. A fotografia da presidenta faz parte da edição número zero do jornal *Brasil Mulher*, em que emergiu como porta-voz do MFPA e buscava debater questões pertinentes às mulheres<sup>47</sup>. A disposição da imagem, o punho cerrado, a expressão séria, o olhar no horizonte, com um ar de tristeza ou sentimentalismo, intenciona representar a porta-voz do MFPA: uma mulher forte, que está pronta pra luta, apesar – ou por causa de - todo sofrimento e ressentimento; que não se deixa abater pelas dificuldades e não poupa esforços para cumprir seus objetivos. E é essa a imagem de Therezinha Zerbine que se manteve durante o período de luta pela anistia.

Com relação à primeira formação do MFPA, na fala da líder do movimento,

---

<sup>47</sup> Ainda neste capítulo tratarei sobre a imprensa do MFPA.



O Movimento Feminino pela Anistia já estava organizado por mulheres que, angustiadas há muito tempo pela situação nacional, acalentavam o sonho de pacificação do nosso país. [...] Éramos apenas oito ou dez mulheres, mas sabíamos a dimensão do nosso sonho, pois hoje ele vicejou e tornou-se uma realidade<sup>48</sup>.

A formação inicial do MFPA contava com a filha de Therezinha, a amiga da filha, a filha de outro general também cassado, uma escritora, uma estudante de comunicação, uma pedagoga e uma artista plástica<sup>49</sup>. Todas as primeiras integrantes eram mulheres bem instruídas, de classe média, brancas e que, de alguma forma, tinham um envolvimento pessoal com algum preso político. Esse é o espectro social em que o movimento iniciou.

A citação com que iniciei esse subitem é parte de uma entrevista concedida ao jornal *Pasquim*<sup>50</sup> por Zerbine, em 1979. Como bem enfatiza Céli Pinto, o jornal *Pasquim* poderia ser considerado o representante de uma esquerda intelectualizada, porém, atrasada que constantemente associava a luta pela liberação dos costumes a uma vulgarização das mulheres e um constante deboche ao feminismo, escrachadamente presente nas charges publicadas<sup>51</sup>. Não se pode negar que Therezinha sabia onde estava “pisando” e por isso, era necessário saber o que dizer e a forma como dizer.

Ao longo dessa entrevista, a todo o momento a líder do movimento recorre a algum tipo de emoção para legitimar as ações e decisões tomadas na dianteira do movimento. A condição de “esposa de um general cassado” é a forma pela qual ela inicia sua fala e coloca a tentativa de “ressuscitar a sua família” como um dos objetos ao organizar o movimento. A minha intenção ao problematizar a forma como essas emoções são acionadas é a de perceber como esses elementos “característicos das mulheres<sup>52</sup>” são empregados para legitimar as ações do movimento. O caráter político do movimento – apesar de estar posto – não é evidenciado, e sim, a luta de mulheres, que são levadas pelos sentimentos e emoções, a lutarem em prol de seus familiares e do restabelecimento das famílias.

---

<sup>48</sup> ZERBINE, op. cit., p.7.

<sup>49</sup> Ibidem, p.7.

<sup>50</sup> Para saber mais: SOIHET, Rachel. **Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2005, vol.13, n.3, pp. 591-612..

<sup>51</sup> PINTO, op. cit., p. 64.

<sup>52</sup> Apesar de não concordar com essa afirmação, as demonstrações de sentimentos estão presentes no imaginário social como características ligadas ao feminino.

A autora Ana Rita Duarte, apoiando-se nas concepções instrumentalizadas por Capdevila<sup>53</sup>, chama essas estratégias relacionadas à luta em defesa do lar e da coletividade, como “jogos de gênero”, apontando-as como reivindicações políticas conservadoras, no âmbito coletivo e com caráter de “modernidade”, que desencadeiam transformações identitárias individuais. Dessa forma, ao utilizarem essas estratégias para adentrar no espaço político, para Ana Rita,

As mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo<sup>54</sup>.

Ao apoiarem-se no gênero, passam a integrar o espaço político, buscando afastar a imagem de “subversivas” e legitimando a causa - como nobre e digna de apoio social - imbuída do sentimentalismo que a figura feminina representa, conscientes ou não, podendo ser acionados de forma estratégica. Ao pensarmos na presença significativa de mulheres militantes nos grupos de oposição à ditadura civil-militar, percebe-se que iam além da contestação ao regime político. Esta presença, também, estava relacionada em ocupar a esfera do público que é político – presente no imaginário social como “espaço masculino” - em contestação aos valores hierárquicos pré-estabelecidos<sup>55</sup>.

Ao se pensar em contestações de valores sociais pré-estabelecidos, não há como não retomar a discussão do movimento feminista, que por meio das suas ondas<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Luc Capdevila historiador francês especializado em História Social e Cultural da Guerra e que tem transitado de maneira intensa sobre as discussões de gênero. Ver em: PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.81-102, 2005. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a06v13n1>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

<sup>54</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Florianópolis, SC, 2009, p.15.

<sup>55</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v.24, n.1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-9074200500010004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200500010004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 set. 2014.

<sup>56</sup> Utilizo a concepção de Primeira e Segunda Ondas Feminista proposta por várias/os autoras/es, entre elas/es, Celi Regina Jardim Pinto. A Primeira Onda, ocorrida no final do século XIX e início do XX, se refere ao movimento sufragista que objetivava a inserção das mulheres na política – o direito de votar ser votada, a inserção da mulher na sociedade como cidadã, sem colocar o homem como o causador dessa opressão, chamando-o de “feminismo bem comportado”. Já a Segunda Onda feminista, ocorrido entre as décadas de 1960-80, a autora Céli Pinto enquadra-o como a fase “mal-comportada”, pois além de retomar as contestações da “primeira onda”, essas mulheres lutavam pelo fim da discriminação, igualdade entre homens e mulheres, etc.. As reivindicações também eram pautadas no direito ao prazer e ao corpo: as práticas repressivas sofridas

contestavam o código social baseado no patriarcado, que naturaliza a inferiorização das mulheres perante os homens, assim como, naturaliza como práticas femininas aquelas relacionadas ao ambiente privado - o serviço doméstico, o cuidado dos filhos, etc..

O Movimento Feminino pela Anistia emerge dentro desse panorama de descontentamento e angústias, principalmente. Encontram a possibilidade de manifestarem suas insatisfações de maneira pacífica e articulada, com outros grupos de expressões políticas, fundando um novo espaço de discussão sobre a anistia. Esse movimento se fortifica quando consegue publicar, por meio de um periódico, o significado da anistia “ampla, geral e irrestrita”, ao mesmo tempo em que convocava a todas as pessoas a se juntarem à luta.

Dentro desse panorama de “surgimento” do MFPA, percebem-se duas ações específicas: a utilização dos sentimentos e das emoções, nas palestras e falas da presidenta em entrevistas sobre a luta pela anistia e a necessidade de ser enfatizado o caráter feminino, e não feminista, do movimento. Essas atitudes podem ser consideradas como estratégicas, porque são mulheres, mães, falando de sentimentos e emoções, assumindo seu “papel social” e, assim, podendo andar no limite da legalidade. Possibilitando, a partir disso, a realização de conferências e a admissão de novas sócias, a inauguração de novos núcleos, viagens e reuniões com diferentes mulheres, em diferentes estados, etc..

Na próxima seção, será problematizada a questão do feminino *versus* feminista nos movimentos de mulheres, principalmente, entre os grupos de discussão feminista que começam a ser difundidos entre os estados brasileiros durante a década de 1970, conjuntamente aos núcleos do MFPA. Intenciono discutir os “problemas” ao se identificarem como feminista naquele momento e as saídas - estratégicas ou não - utilizadas por essas mulheres para integrarem o espaço público e fazerem política sem se desvincular do “*papel da mulher*” socialmente aceito. Esse distanciamento - e aproximação - será abordado visando problematizar o caráter dessas declarações em virtude da utilização - consciente ou não - dos “jogos de gênero” como estratégia política.

---

pelas mulheres eram ligadas ao domínio do corpo, sendo esse domínio considerado a expressão máxima do machismo. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma historia do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 14-15.

### 1.3 FEMININO EM OPOSIÇÃO AO FEMINISTA

No Brasil os movimentos de mulheres são anteriores à década de 1970 e contaram com a presença de mulheres das classes médias e populares e, também, é marcada pela formação dos primeiros grupos feministas no Brasil. Os movimentos de mulheres<sup>57</sup> - como é o caso do MFPA – não devem ser pensados totalmente dissociados do movimento feminista, pois como afirma Céli Pinto, esses movimentos “foram movimentos organizados não para pôr em cheque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”<sup>58</sup>.

Considerando o espaço público como tipicamente masculino – construção presente no imaginário social formulada por meio da hierarquia de gênero – e o privado, como o doméstico, portanto, feminino – seguindo a lógica dessa construção social. É a partir dessa condição, desse lugar de fala, que as articulações e reivindicações do MFPA estão pautadas.

Como militavam em diversos movimentos de contestação, como no caso do Movimento Feminino Pela Anistia, a maioria das mulheres desse movimento não se considerava feministas, aliás, ser identificada (ou identificar alguém) como feminista não era visto com bons olhos. Assim como aponta a antropóloga Cynthia Sarti, ser feminista era algo pejorativo, pois o feminismo era considerado “para a direita reformismo imoral e para a esquerda reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independente de sua ideologia, feminismo significava anti-feminino”<sup>59</sup>. Muitas das reivindicações de mulheres nesse período perpassam o que estava em discussão com a “Segunda Onda Feminista”, como o fim da discriminação e pela igualdade entre homens e mulheres, sem, no entanto, se identificarem como tal.

---

<sup>57</sup> Os Movimentos Contra a Carestia (1954), os Clubes de Mães (1972), Movimento do Custo de Vida - MCV(1975)são exemplos de movimentos organizados por mulheres, todos relacionados às questões do lar e pelas famílias.

<sup>58</sup> PINTO, op. cit.,p 43.

<sup>59</sup> SARTI, Cynthia A.. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION), 21., 1998, São Paulo. *Anais...* . Chicago: Latin American Studies Association, 1998. p.6.

Céli Pinto aponta que o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, foi permeado de um difícil paradoxo, pois se desenvolveu em meio à luta contra a ditadura civil-militar e, dentro dos próprios grupos de contestação era considerado como uma luta secundária, chegando a ser taxado de um “desvio pequeno-burguês”<sup>60</sup>. Nesse sentido, a hierarquização das lutas no cenário brasileiro, contribuiu para construção de uma rejeição à bandeira feminista e fuga da identificação com o movimento.

É importante deixar claro, também, que esse movimento feminista emergente abarca não somente a luta contra a dominação das sujeitas, tanto no espaço público quanto privado, visando, portanto, a transformação das relações de gênero, mas, também, a luta contra as desigualdades sociais, miséria e fome. Estas últimas são pautas de diversos movimentos contestatórios, como nos partidos de esquerda, nos movimentos de mulheres, entre outros. Um país como o Brasil, com tamanha heterogeneidade social e profundamente marcado pelas desigualdades, apresenta diferentes facetas no interior dos movimentos de contestação, seja ele feminista (mulheres pobres/ricas, negras, lésbicas, analfabetas/intelectualizadas) ou das esquerdas (sem-terra, operários, sindicalistas, analfabetos/intelectualizados, burgueses e assim por diante)<sup>61</sup>. E é dentro dessa multiplicidade de movimentos que tanto o Movimento Feminista e Movimento Feminino pela Anistia crescem.

A intenção ao levantar essa discussão é a de salientar o campo das disputas ideológicas, em que cada movimento busca a sua legitimidade e autonomia no social, ao mesmo tempo, em que as pautas de reivindicação, do MFPA e do Movimento Feminista, são comuns em vários pontos. Nesse espaço político de disputas algumas posturas são adotadas com a finalidade de, dentro de uma hierarquia social, legitimar o movimento a qual pertence em detrimento dos outros.

Essa postura é perceptível nas falas da presidenta do MFPA quando relacionam o Movimento Feminista com o MFPA. Numa entrevista ao *Pasquim*, em 1979, Therezinha Zerbine critica o Movimento Feminista brasileiro como “uma imitação do Movimento Feminista europeu ou (norte) americano”. Em suas palavras:

---

<sup>60</sup> PINTO, op. cit., pp.44-45.

<sup>61</sup> Ibidem.

Não faz sentido [o feminismo] num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde... .

[...]

O feminismo é colocado no Rio, São Paulo, Porto Alegre e talvez em Belo Horizonte. Quem for falar de luta feminista no Nordeste sairá a pedradas<sup>62</sup>.

No primeiro trecho destacado, Therezinha aponta o Movimento Feminista como deslocado e imitação do europeu, enfatizando o caráter burguês do mesmo, visto que para ter contato com essas “ideias” era preciso o mínimo de instrução. Já na segunda fala, percebe-se o argumento classicista e, até mesmo, preconceituoso ao afirmar que quem for falar de feminismo no Nordeste “sairá a pedradas”. Colocando o Nordeste sob o signo da pobreza e ignorância e sem condições de compreender a complexidade da crítica às relações de gênero postas pelo feminismo. Critica esta, muito mal direcionada, visto que um dos núcleos do MFPA que mais promoveu ações e contou com um grande número de participantes foi do Ceará<sup>63</sup>, criado em 1976, portanto, anterior a essa entrevista.

É importante levar em consideração de onde e para quem essa entrevista está direcionada. Diversos são os trabalhos acadêmicos que apontam o caráter conservador do *Pasquim* e a pesada crítica ao feminismo e a “liberação” das mulheres presente em suas páginas. Talvez, pensando na postura que o jornal assume, Therezinha pode ter assumido essa postura mais dura e crítica, visando afastar do MFPA essa associação ao feminismo, bem como se resguardando para não virar piada nas mãos dos editores do mesmo.

Essa aproximação e distanciamento do feminismo é uma constante durante os anos de atuação e militância do MFPA. Era preciso saber onde estava pisando, com quem estava mexendo, pois apesar da repressão ter amenizado na segunda metade da década de 70, eram tempos difíceis e era de extrema importância que a sociedade visse com bons olhos a luta dessas mulheres.

Ao problematizar essa aproximação do MFPA com o Feminismo, não intenciono cobrar uma postura feminista dessas mulheres muito menos que estivessem totalmente conscientes dessa aproximação com a discussão feminista, mas não acredito que exista um

---

<sup>62</sup> ZERBINE, op. cit., p.22.

<sup>63</sup> Sobre o núcleo cearense Movimento Feminino pela Anistia, ver em: DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Florianópolis, SC, 2009.

total distanciamento entre os movimentos, como Therezinha buscava enfatizar. As ideias e os questionamentos relacionados à condição das mulheres estavam circulando e, de uma forma ou de outra, também, foram sentidas e algumas delas absorvidas pelos movimentos de mulheres.

Cabe destacar, ainda, a publicação do boletim “*Maria Quitéria*”, lançado em 1977, utilizado pelo MFPA como instrumento de argumentação na luta pela Anistia. Em suas páginas constavam os caminhos traçados pelo movimento, a criação de novos núcleos, a opinião do editorial sobre a luta pela anistia, bem como a fala de jornalistas, advogados, representantes da Igreja Católica, enfim, pessoas que passam legitimidade e confiança falando sobre a importância de ser promulgada uma Lei de Anistia. Tais questões serão mais discutidas no bloco seguinte.

#### 1.4 APRESENTANDO “*MARIA QUITÉRIA*”

O boletim oficial do Movimento Feminino Pela Anistia, o *Maria Quitéria*, foi um importante instrumento de articulação do movimento na reivindicação de uma Lei de Anistia a todos os presos e exilados políticos. Tanto a sua linha editorial como as falas e ações do grupo, refletiam a necessidade de ser enfatizado o caráter feminino do movimento, convocando às mulheres a participarem dessa luta. O boletim era divulgado e distribuído em eventos do MFPA e nos espaços considerados adequados para o diálogo sobre a Anistia.

O próprio nome escolhido para o boletim – *Maria Quitéria* – reforça o caráter de luta do movimento. Maria Quitéria de Jesus Medeiros foi uma jovem que, com o fardamento e utilizando o sobrenome do cunhado, alistou-se como o soldado Medeiros e lutou junto às tropas que combatiam os portugueses, em 1822<sup>64</sup>. A história da jovem Maria Quitéria, além de ser bastante representativa nas lutas das mulheres para serem aceitas em instituições militares, talvez, pode ser considerada, outros dos inúmeros elementos

---

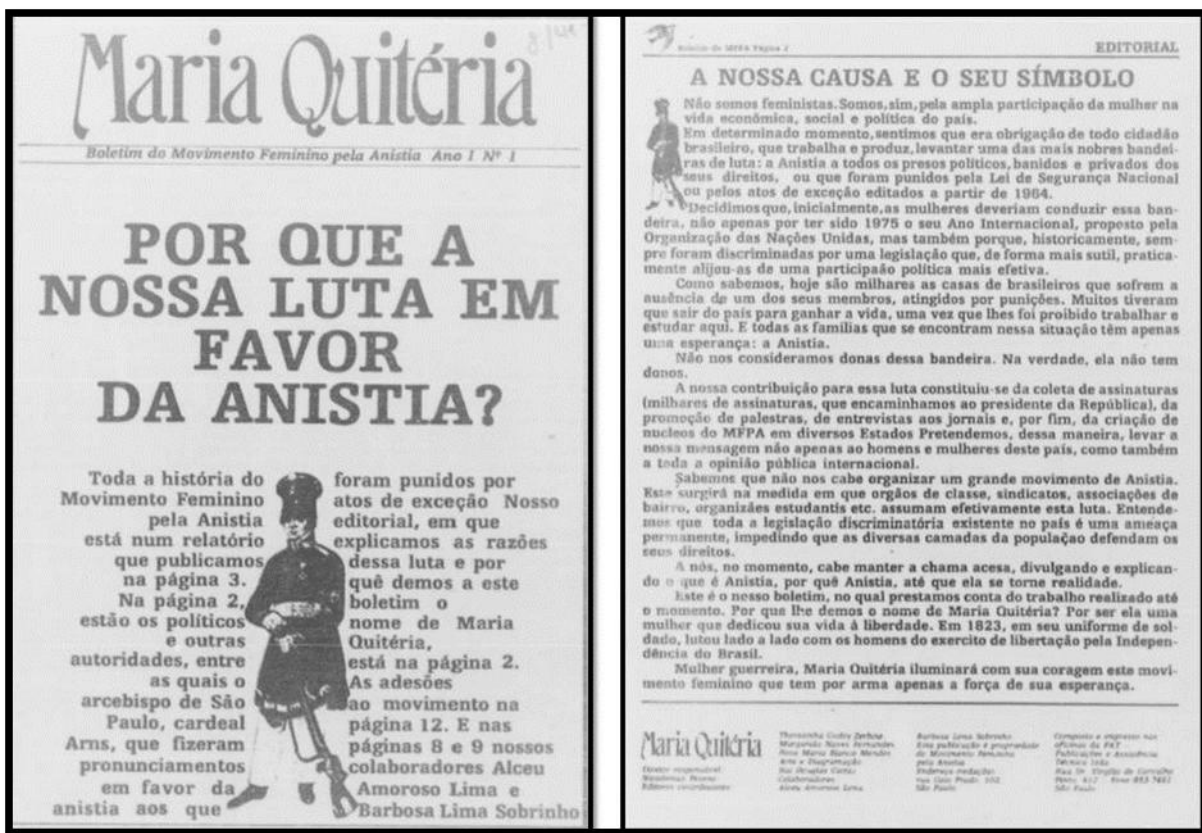
<sup>64</sup> “Maria Quitéria é patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Em 1953, aos cem anos de sua morte, o governo brasileiro decretou que o retrato de Maria Quitéria fosse inaugurado em todos os estabelecimentos, repartições e unidades do Exército do Brasil”. WOLFF, Cristina Scheibe. Em Armas: amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 423-433.

estratégicos utilizados por Therezinha Zerbine para a solidificação do movimento. Na dissertação sobre o MFPA e a sua imprensa, Maria Cecília Carboni aponta que,

[...] esse detalhe na história de Maria Quitéria era o que o MFPA precisava: a legitimidade de um membro do Exército brasileiro, condecorado por bravura, e a provocação de um grupo de oposição ao regime militar<sup>65</sup>.

Durante o período de circulação do *Maria Quitéria*, entre 1977 e 1979, somente quatro edições foram lançadas, que buscavam esclarecer quais eram as intenções do movimento, o que significava lutar pela Anistia, as atividades do movimento e o chamado para se juntarem à causa. A capa da primeira edição traz imagem da soldada Maria Quitéria com o questionamento: “Por que a nossa luta em favor da Anistia?”.

Figura 2: A primeira edição do Mara Quitéria.



<sup>65</sup> CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e a sua imprensa 1975-1979*. Dissertação de mestrado: PUC, São Paulo, 2008.



**Fonte:** Acervo Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

Ao atentar para a imagem da soldada Maria Quitéria com as vestimentas do batalhão do imperador, percebe-se a masculinização de sua representação. Isso se dá pela associação das lutas, das guerras e dos confrontos como característica do masculino e, conjuntamente a isso, os atos de coragem, enfrentamento e força física. Essas associações estão intrinsicamente ligadas às representações dos papéis socialmente construídos designados às mulheres e aos homens<sup>66</sup>. Conforme Sandra Jatahy aponta,

[...] as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade<sup>67</sup>.

Nesse sentido, ao representar uma mulher que lutou ao lado de vários homens, de igual para igual, tende a ser masculinizada, pois é a partir da omissão das características femininas – relacionadas à delicadeza – que são demonstrados a seriedade, força e coragem para o enfrentamento. Ao elencar esse tipo de característica a um boletim proveniente de um movimento feminino e que possui todo o seu editorial e visão política elaborada por mulheres, entendo que o fizeram como uma forma de demarcar seu local de fala assentado na representação dessas mulheres guerreiras que não temem a luta e o enfrentamento, se necessário for. Acredito que seja uma forma de passar o “recado” a quem busque deslegitimar a luta do movimento ao assumir-se inteiramente feminino.

Apesar de na segunda edição do boletim ter havido uma tentativa de tratar de questões relacionadas ao que estava acontecendo no país naquele momento, as demais edições do boletim seguem o mesmo padrão em falar da importância da luta pela anistia e as atividades do movimento. Uma das principais críticas direcionadas ao MFPA e ao Maria Quitéria é a desconexão do movimento com a evolução da luta pela anistia. Como, também, aponta Maria Cecília, em nenhum momento o boletim faz referência aos

<sup>66</sup> Entendendo o gênero como construção social relacional.

<sup>67</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método: as estratégias do fazer história. In: \_\_\_\_\_, **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 93.

desaparecidos ou relaciona as suas possíveis mortes a crimes políticos, menos ainda, propõe algum tipo de punição aos torturadores ou responsáveis pelos órgãos de repressão notórios ou clandestinos<sup>68</sup>. Desse modo, pode-se inferir que todo o processo de construção e de distribuição desse boletim era elaborado de forma bastante cuidadosa, de acordo com o cenário político da época, principalmente, por ser destinado a um público seletivo que estivesse ou que tornaria possível, o diálogo sobre a anistia.

Para a construção desse diálogo sobre a anistia e para que o movimento tivesse respaldo nacional, o MPFA distribuiu-se em diversos núcleos ao mesmo tempo em que buscava unidade na luta. Nessa perspectiva, suas ações passam a não ter mais caráter individual, mas sim, de representação de uma coletividade que luta pelos direitos do retorno dos exilados políticos e da promulgação de uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita.

### **1.5 PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DO MFPA**

O Primeiro Encontro Nacional do MFPA ocorreu em São Paulo, entre os dias 7 e 10 de dezembro de 1977, “com o fim precípua de dar unidade e consistência ao Movimento que cresceu de Norte a Sul, havendo por isso necessidade de se definir para evitar cisões ou divisões e no sentido de se obter os objetivos propostos”<sup>69</sup>. Esses objetivos foram discutidos durante os dias do evento e, no último dia, foram apresentadas as definições e atitudes sugeridas a todos os núcleos. Uma delas é o registro em cartório do núcleo do MFPA “para evitar aborrecimentos futuros”<sup>70</sup>.

Esses objetivos estão na justificativa do documento elaborado a partir desse Encontro. Nele consta o histórico das Anistias concedidas ao longo da história do Brasil – presente nas páginas das edições do *Maria Quitéria* – bem como os objetivos gerais e específicos de luta do MFPA.

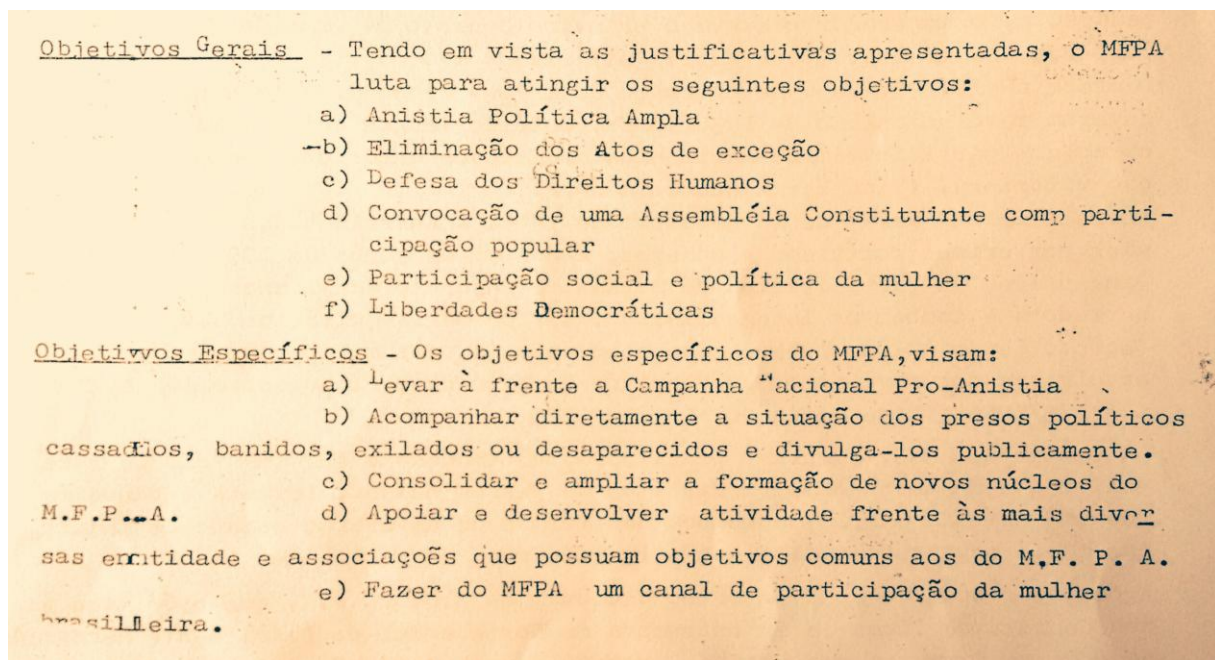
---

<sup>68</sup> CARBONI, Maria Cecília Conte. op. cit., p. 47.

<sup>69</sup> **MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA**: Primeiro Encontro Nacional do MFPA: Diretrizes do Plano Piloto. São Paulo, 10 set. 1977. Acervo pessoal de Margaret Grandó, gentilmente cedido para esta pesquisa.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 4.

**Figura 3:** Documento elaborado a partir do primeiro encontro nacional do MFPA em São Paulo.



**FONTE:** Acervo pessoal de Margaret Grandó<sup>71</sup>.

A importância de dar unidade ao Movimento, também, pode ser entendida pelo fato de estar se estabelecendo no campo político, que é um espaço genuíno de disputas e de interesses. Dessa forma, o MFPA passa a se solidificar e a se reconhecer como espaço de lutas não só pelos presos políticos e pela Anistia, mas de reivindicação pelo restabelecimento da democracia. Um exemplo disso é o apoio dado à convocação de uma Assembleia Constituinte com participação popular presente na edição nº 2 do *Maria Quitéria*<sup>72</sup>.

No entanto, o que chama a atenção entre as Diretrizes do Plano Piloto, são os pontos em que enfatizam a participação social e política da mulher, reconhecendo o MFPA como um canal para fazê-lo. Como enfatizado anteriormente, por diversos momentos da atuação do MFPA é perceptível a proximidade com as ideias do feminismo, relacionadas à condição e atuação da mulher na vida pública.

A disposição seguinte deste documento é o Plano Nacional de Comemorações, que corresponde às datas comemorativas definidas conjuntamente aos núcleos do MFPA, no

<sup>71</sup> Ibidem, p.2.

<sup>72</sup> **MARIA QUITÉRIA**. Ano I, nº 2. Junho 1977.

decorrer do evento. O objetivo com este planejamento é que todos os núcleos possam se organizar e comemorar em unidade, se possível. Foram definidas, também, as atividades a serem realizadas para cada data comemorativa e a realização do próximo Encontro Nacional do MFPA - no estado de Pernambuco, em 08 de dezembro de 1978, o Dia Nacional da Justiça.

Ao longo do Plano Piloto, são apresentadas sugestões para a arrecadação de recursos financeiros, comunitários e as articulações para a disseminação do MFPA e, principalmente, o reconhecimento do movimento perante a sociedade – como a divulgação em jornais das ações do movimento, envio de cartas em situações de violação dos direitos humanos, etc..

Diante da intencionalidade desse documento, percebo que a postura que o Movimento visava assumir – como as mães que sofrem e lutam pelas famílias tradicionais cristãs – vai além do que o definido pelos papéis de gênero. O caráter estratégico estava posto e assumido pela maioria dessas mulheres que participavam do movimento. Apreendo que esse encontro nacional, foi organizado para discutir essas ações de ordem prática ao mesmo tempo em que necessitavam de uma unidade das ideias e objetivos<sup>73</sup>.

Esse encontro contou com a participação de uma representante do recém-oficializado núcleo catarinense do MFPA, a professora Marise Maravalhas. O núcleo que foi oficializado em 26 de novembro de 1977, apesar de não ter contado com um grande número de participantes, já no seu início mostrava a disposição e o interesse em construir uma luta pela Anistia e melhores condições aos presos políticos do Estado.

O MFPA e a sua construção em Santa Catarina serão discutidas no próximo capítulo, em que serão utilizadas as narrativas das participantes desse movimento, recorte do jornal *O Estado* da época, o boletim do movimento, o *Maria Quitéria*. Utilizo, também, duas cartas da Anistia Internacional endereçada ao bispo Dom Afonso Nihues e o livro *Anistia – Semente de Liberdade* de Therezinha Zerbine, que compila as suas falas nas inaugurações de novos núcleos, conferências e entrevistas concedidas ao longo da segunda metade da década de 1970.

---

<sup>73</sup> Digo isto em função do controverso início do MFPA que, ao se juntar com o editorial do jornal *Brasil Mulher* travou diversas disputas com as feministas que faziam parte do editorial. Não é a minha intenção com este trabalho expandir para esse campo de disputas, pois no momento da construção do MFPA de Santa Catarina essa disputa, em específico, foi resolvida com a saída de Therezinha Zerbine do *Brasil Mulher* e com a criação do *Maria Quitéria*. Sobre esse assunto, ver em: CARBONI, Maria Cecília Conte. op. cit., 2008.

## CAPÍTULO 2. A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE E O MFPA EM SANTA CATARINA

*“Nós colocamos que a anistia é a necessidade imperiosa da consciência e cabe a nós, do MFPA, ganhar essas consciências aonde elas estiverem, até do lado de lá.”<sup>74</sup>*

A citação acima é parte da palestra de Therezinha Zerbine na instalação do núcleo oficial do MFPA em Florianópolis, em novembro de 1977. Durante essa fala proferida na Assembleia do Estado de Santa Catarina, a líder do MFPA busca chamar atenção à responsabilidade todas as pessoas presentes a lutarem pela causa da Anistia. Assim como em outras conferências, percebe-se na fala de Therezinha a ênfase na posição em que a mulher deve assumir enquanto sujeita ativa e participante da cena política da época.

Nessa exposição é enfatizado o caráter político do movimento, os objetivos e necessidade do restabelecimento da democracia. Aponta que, passados últimos treze ou quatorze anos, a Anistia continua sendo um fantasma e que a situação do país é de “iniquidade e injustiça”. A suspensão do habeas corpus é colocada como um desrespeito aos direitos humanos e ao processo eleitoral com base na vontade do povo – e para o povo. Therezinha aproveita para chamar à responsabilidade todos os cidadãos, que tem por obrigação juntar forças, meios para que seja restabelecida a democracia e o Estado de Direito. Antes de finalizar a conferência, aproveita para rebater uma das maiores críticas ao MFPA, que é a não participação de homens, dizendo que: “o nosso MFPA não tem no seu ideal liderar exércitos de gente, a nossa função é levantar consciências, que se mobilizam em suas áreas de trabalho para pedir (a lei de anistia)”<sup>75</sup>.

O clima no estado de Santa Catarina neste ano, ainda era de instabilidade política em função da Operação Barriga Verde executada em novembro de 1975. Os sequestros, prisões e a violência cometida pela deflagração dessa Operação, pode ser considerada como uma das piores articulações do governo militar em solo catarinense. Essa Operação foi articulada e executada pelos órgãos de segurança militar, objetivando o descobrimento e a consequente prisão de elementos chaves, responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista no Estado.

<sup>74</sup> ZERBINE, Therezinha, op. cit., 1979, p.122.

<sup>75</sup> Ibidem, pp. 121-127.

As circunstâncias e a forma como foi executada a Operação Barriga Verde foram extremamente violentas, contando com as ações *típicas* do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI. Ocorriam sequestros, encapuzamentos, encarceramento sem comunicação com os familiares ou advogados dos presos. Em alguns casos, os familiares levaram dias para saber do paradeiro dos seus entes; sem saber se estavam vivos ou mortos, em Santa Catarina ou em outro estado. No total, foram presas 41 pessoas, entre elas professores e estudantes da UFSC, sob a alegação de associação ao PCB.

Com o andamento da Operação Barriga Verde, o Movimento Estudantil da UFSC, mobilizou-se buscando informar o maior número de pessoas possível sobre a ilegalidade das prisões, as prováveis acusações e quem eram esses presos políticos<sup>76</sup>. Conjuntamente à organização do Movimento Estudantil são, então, tomadas as primeiras decisões para a construção do Movimento Feminino Pela Anistia, em Florianópolis, visando auxiliar os familiares dessas pessoas encarceradas, ao mesmo tempo em que era necessário exercer pressão pelos julgamentos e acusações formais para que essas pessoas saíssem.

## 2.2 A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE

A iminente deflagração de uma operação de “caça aos líderes comunistas” no estado de Santa Catarina se deu pela surpreendente vitória do MDB sobre o ARENA, nas eleições de 1974<sup>77</sup>. O historiador Mateus Gamba Torres em sua dissertação sobre a repressão aos membros do Partido Comunista durante a Operação Barriga Verde<sup>78</sup> aponta que após as eleições de 1974:

---

<sup>76</sup> Sobre a Operação Barriga Verde, ver em: MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: EdUFSC e Fundação Boiteux, 2006.

<sup>77</sup> Para o Senado Federal, foi eleito o ex-prefeito de Blumenau Evilásio Vieira (MDB), contra o ex-governador de Santa Catarina Ivo Silveira; para a Câmara dos Deputados foram eleitos 9 Deputados Federais pela ARENA e 7 pelo MDB. Apenas na Assembleia Legislativa que essa diferença foi menor, foram eleitos 22 Deputados Estaduais pelo ARENA e 18 pelo MDB. O ARENA (Aliança Renovadora Nacional) foi criado em 1965 para dar sustentação política ao governo militar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era a corrente opositora *consentida*.

<sup>78</sup> TORRES, Mateus Gamba. **A Justiça nem ao Diabo se há de negar: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975)**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

O cenário voltava a tornar-se crítico para os detentores do poder e, assim, apelou-se uma vez mais para os antigos jargões e retóricas anticomunistas. Redescobriu-se aquele que seria o “verdadeiro” inimigo e matriz de toda a luta ideológica do período: o PCB<sup>79</sup>.

Essa desconfiança passou a ser interpretada pelo posicionamento político que o MDB vinha tomando. Militantes das esquerdas passaram a atuar sob a bandeira deste partido, pois este se configurava como única alternativa viável no combate à ditadura civil-militar. A vitória do MDB significava, não somente, a derrota do partido favorável aos militares, bem como inflamou os opositores à liberalização política.

No início do ano de 1975 foram descobertas em São Paulo e no Rio de Janeiro duas gráficas clandestinas do PCB, onde era impresso o jornal “A Voz Operária”, principal meio de comunicação do PCB. Segundo Torres, essa descoberta foi o estopim para ser articulada “uma verdadeira operação de guerra aos integrantes do Partido Comunista em todo o Brasil”<sup>80</sup>.

As investigações encabeçadas pelos órgãos de repressão buscavam reunir nomes, endereços, locais de trabalho dos militantes e simpatizantes do movimento de oposição ao regime militar, com a finalidade de descobrir o funcionamento dos núcleos do PCB. A “primeira vítima” dessa investigação que obteve maior repercussão foi a prisão – e morte – do jornalista e diretor da TV Cultura, Vladimir Herzog<sup>81</sup>. Segundo o jornalista e historiador Celso Martins, no dia 25 de outubro de 1975, Herzog compareceu ao DOI-CODI paulista acatando intimação que lhe fora feita, acusado de possíveis ligações com o PCB; e foi assassinado no mesmo dia. Segundo a versão do exército, Herzog “teria se enforcado com o cinto do macacão de preso que vestia desde a sua entrada na unidade do Exército”<sup>82</sup>. O clima era de tensão, principalmente, após a morte de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI paulista. Esperava-se uma verdadeira caçada às bruxas em todo o país.

Em Santa Catarina, a operação encabeçada pelo DOI-CODI do Exército, contando com o apoio da Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica e órgãos de segurança estaduais, ficou conhecida como *Operação Barriga Verde*. Essa operação objetivava, principalmente,

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Vladimir Herzog foi um teatrólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e jornalista que exercia a direção de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Estava com 38 anos de idade no dia em que compareceu ao DOI-CODI e não retornou. MARTINS, op. cit., p. 43.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 43.

a cassação, apreensão e extração de informações – mediante tortura se fosse preciso, como já era de costume - dos articuladores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina. Ainda como aponta Torres, “essas investigações duraram precisamente cinco meses. Após esse longo tempo, os considerados *subversivos* foram seguidos fotografados e até tiveram suas reuniões informais devidamente gravadas”<sup>83</sup>.

Desse modo, o governo ditatorial manteve diversas ações combativas à militância comunista, assim, como qualquer movimento que reivindicasse o restabelecimento da democracia. Ao colocar na clandestinidade e denotar caráter ilegal a esses movimentos, as perseguições, torturas, sevícias que buscavam ser invisibilizadas. Deixando essas pessoas em condição de vulnerabilidade, pois não havia a quem recorrer, a quem denunciar; procurar a família era colocar em risco a vida deles. A opção era pedir auxílio aos colegas que, também, lutavam pela mesma causa; cenário este que facilitava para os agentes da repressão a identificação dos articuladores do PCB.

Os DOI-CODI's espionavam, também, a vida dos familiares dos suspeitos de serem ligados ao PCB, com o sentido de intimidar e demonstrar força. Essa situação ficou evidenciada ao entrevistar a senhora Maria Rita Bessa, ex-esposa de Roberto Motta<sup>84</sup>, que afirma que por diversas vezes era perseguida por todos os lugares por onde andava<sup>85</sup>; pois *eles* buscavam saber se a mesma possuía ligações com outros membros do PCB, seja para pedir ajuda sobre o marido preso ou para a troca de informações sobre as articulações do partido.

Não só está presente na fala de Maria Rita, mas na de outras entrevistadas<sup>86</sup>, a questão da perseguição e dos “supostos” assaltos, os relatos giram em torno da mesma

---

<sup>83</sup> TORRES, op. cit., p. 28.

<sup>84</sup> Roberto Motta iniciou a militância no Partido Comunista aos 18 anos. Ingressou no curso de Direito na UFSC e assumiu militância no Movimento Estudantil da UFSC. Em 1967 foi era secretário do Centro Acadêmico XI de Fevereiro da Faculdade de Direito da UFSC. Motta foi preso em 1975, pela Operação Barriga Verde, ficando desaparecimento durante 30 dias (como afirma Maria Rita em entrevista concedida a mim), sendo solto, apenas 11 meses depois de sua prisão. MARTINS, 2006, p. 108.

<sup>85</sup> BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 09 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>86</sup> Ao mencionar a questão dos supostos assaltos, Maria Helena Garcia em entrevista concedida na sua casa, relatou-me um episódio desses, dias antes de sua colega de quarto ser presa. GARCIA, Maria Helena. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 01 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.



cena: ao chegarem a suas casas encontravam tudo bagunçado, principalmente, documentos e livros, e os objetos de valor intactos. Estas ações podem ser entendidas como forma de intimidar os familiares dos suspeitos e/ou presos, propositalmente, causando sensação de insegurança e medo aos familiares.

Como resultante dessa operação, foram presas no período 41 pessoas, em várias cidades catarinenses, principalmente, em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville. Entre os 41 presos, encontravam-se personalidades como Teodoro Ghercov e Newton Cândido (o primeiro romeno e o segundo paulista, eram representantes do Comitê Central do PCB no estado), Roberto Motta (ex-deputado estadual pelo PMDB), Marcos Cardoso Filho (Engenheiro Eletricista, professor da Universidade Federal de Santa Catarina), Cirineu Martins Cardoso e Alécio Verzola, em Florianópolis, Júlio Serpa, Roberto Cologni e Edgard Schatzmann (Joinville) e Amadeu Hercílio da Luz (Criciúma)<sup>87</sup>.

Os três últimos presos políticos a serem liberados foram: Roberto Cologni, Marcos Cardoso Filho e Alécio Verzola. Conforme reportagem no jornal O ESTADO de 11 de novembro de 1977,

[...] Os três estavam com prisão preventiva decretada, de acordo com o que consta no Processo número 749, da Justiça Militar, por infração ao disposto no artigo 43 do Decreto-Lei número 898/69, documento que define os crimes contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social, estabelecendo seu processo e julgamento.

[...]

Os três presos políticos foram submetidos aos exames médicos usuais, antes de serem postos em liberdade, estando em perfeitas condições físicas de (sic) mentais. Alécio Verzola, Roberto Cologni e Marcos Cardoso Filho, acusados de tentativa de articulação do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina, estavam presos desde novembro de 1975 [...] <sup>88</sup>.

Como se pode observar no excerto acima, essas pessoas foram mantidas encarceradas por quase dois anos sob prisão preventiva, ou seja, sem serem apenados. No primeiro fragmento é possível perceber que essa *ameaça comunista* era deliberadamente presente no cotidiano e tratado abertamente pelos meios de comunicação.

Ao analisar os aspectos políticos da Operação Barriga Verde e pensá-los de forma mais ampla, é perceptível essa construção no imaginário político brasileiro de que o

<sup>87</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 108.

<sup>88</sup> O ESTADO, Ano 63, n° 18875, 11 nov. 1977, p.6.

anticomunismo *salvaria* os valores tradicionais das famílias. O objetivo era destruir esse inimigo comum – pois ele passara a ser *mal visto* e *temido* pela população, no sentido geral, também. Para legitimar a cassação e a prisão dos considerados *subversivos*, por colocarem em risco a segurança nacional e os valores morais tradicionais, “[...] deveriam ser detidos, e impedidos de estabelecer seus tentáculos de polvo sobre o povo de Santa Catarina<sup>89</sup>”. A partir desse clima de cassações e prisões que o núcleo catarinense do Movimento Feminino Pela Anistia passou a ser pensado e colocado em prática.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DO MFPA - SEÇÃO FLORIANÓPOLIS

Durante o regime militar instaurado em 1964, a censura foi utilizada como mecanismo institucional coercitivo. Visando o controle das publicações de cunho político, ideológico ou *subversivo* – livros, músicas, jornais, etc. - para o público em geral. A imprensa alternativa foi a que mais sofreu com esse tipo de repressão, principalmente, por ser utilizada como meio de denúncias dos abusos cometidos pelos militares no poder. Diante disso, os setores que produziam folhetins, jornais, etc., com informações das mobilizações que ocorriam em diferentes partes do país precisavam definir “rotas alternativas” de distribuição desses materiais.

Em Santa Catarina, mais precisamente na Universidade Federal, o Movimento Estudantil<sup>90</sup> carecia do recebimento desses materiais vindo de outras instituições de ensino, bem como encontrava dificuldades de realizar trocas do que era produzido por aqui, também. Claro, que esbarramos na questão financeira da produção em grande quantidade desses materiais, visto que os recursos mal supriam a necessidade do próprio campus. Porém, a minha intenção não é aprofundar nessa discussão das imprensas alternativas e da distribuição nos Diretórios Acadêmicos dos Estudantes (DCE). Apenas gostaria de deixar

---

<sup>89</sup> TORRES, op. cit., p. 30.

<sup>90</sup> Para melhor compreender a construção do Movimento Estudantil em Santa Catarina, ver em: MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.] 1984; ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo as ditaduras: história do movimento estudantil catarinense 1974-1981**. Florianópolis: Conceito, 2010.

clara essa questão da dificuldade de se obter informações entre os DCE's para compreender o cenário de militância política na UFSC e a construção do MFPA em Florianópolis<sup>91</sup>.

Como já mencionei anteriormente, para a elaboração deste trabalho utilizo, principalmente, entrevistas das participantes do MFPA e recortes dos jornais da época. Com relação à inauguração oficial do MFPA, busquei os indícios - como assiná-la Peter Burke - percebidos durante as entrevistas e conversas informais, visando entender como se deu a construção do MFPA.

A historiadora Janine Petersen para a sua dissertação - *A formação de grupos feministas em Santa Catarina*<sup>92</sup> - realizou uma entrevista temática com a professora aposentada do Colégio de Aplicação, Marise Maravalhas<sup>93</sup>. Mas como Marise não se identificava como feminista na época, somente, enfatiza a sua participação política como militante do MFPA. Destaco, abaixo, um trecho bastante significativo dessa entrevista sobre a formação do MFPA,

E nessa época eu fazia Ciências Sociais na Universidade e eu tinha meu ex-marido que foi um dos que foram presos também, se chamava Marcos Cardoso Filho. Então todo o pessoal que foi preso em 75 era conhecido. Daí a gente foi a São Paulo, quem era presidente geral do Movimento Feminino pela Anistia era a Theresinha Zerbine. A gente começou a receber material.

[...]

Nós criamos aqui em SC o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, mas vinculado a São Paulo. Nós éramos mais ou menos 10 mulheres. Mas quase todas tinham um vínculo, ou tinham um parente preso, ou o marido, ou algum conhecido. E o pessoal batalhava bastante naquela época. Tinha até uma sede do movimento. Íamos pra São Paulo, nas reuniões e conseguimos uma porção de coisas na época<sup>94</sup>.

Infelizmente, não foi aprofundado na entrevista sobre o MFPA, por não se tratar do objeto de estudo da pesquisadora. Doze anos após ter concedido essa entrevista à Janine Petersen, entrei em contato com a senhora Marise para conversarmos sobre o MFPA. Em

<sup>91</sup> BRISTOT, Lídia Schneider. **Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis (1975-1979)**. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

<sup>92</sup> PETERSEN, Janine. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina**: década de 1980. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Centro de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

<sup>93</sup> O jornalista Celso Martins aponta Marise Maravalhas e Margaret Grando como as organizadoras do MFPA-SC. MARTINS, Celso, op. cit., p. 347-357.

<sup>94</sup> MARAVALHAS, Marise. Entrevista concedida à Janine Petersen, em 8 de ago. de 2003. Acervo da Autora.

função da acentuada diferença temporal, as questões mais específicas caíram no esquecimento<sup>95</sup>.

Contudo, apesar da dificuldade em conseguir identificar os primeiros passos do núcleo catarinense do MFPA, por meio da entrevista com Margaret Grandó<sup>96</sup>, foi possível entender como foi realizada essa articulação. O primeiro ano de faculdade de Margaret foi marcado pela Operação Barriga Verde e por toda a indignação que a prisão de estudantes e professores da UFSC causou no campus. E, com isso, passou a se envolver com as questões políticas e a militar no Movimento Estudantil.

As visitas aos presos políticos eram comuns à sua rotina, pois acreditava ser importante essa troca de informações e demonstração de apoio e solidariedade àquelas pessoas. Durante uma dessas visitas, ao conversar com Marcos Cardoso Filho, foi informada pelo mesmo sobre um movimento de mulheres que lutava pela Anistia aos presos e exilados políticos e por melhores condições para os encarcerados. Segundo ela:

O Marcos Cardoso Filho estava preso, agora não estou lembrada a data que ele saiu da prisão, mas quando ele estava preso (...). Ele tinha muita convicção que o Movimento Feminino pela Anistia era um, seria importante pra liberdade deles naquele momento. A luta pela Anistia era muito importante; pelas liberdades e que a gente deveria constituir em Santa Catarina um Movimento Feminino pela Anistia. Ele conversava muito comigo sobre isso e... Não muito, mas ele era insistente nisso; e que eu devia conversar com a Marise Maravalhas - ex-mulher dele - pra junto com a Marise, e as esposas dos presos e incriminados na Operação Barriga Verde, a gente iniciar, aí, esse movimento<sup>97</sup>.

Apesar de não se lembrar da época em que ocorreu este pedido de Marcos Cardoso, Margaret ainda guarda muitas recordações desse período e se emociona ao falar das dificuldades enfrentadas pelos presos e seus familiares. Como forma de ajudar essas pessoas, e aproveitando de uma viagem que seu companheiro faria a São Paulo, resolveu

<sup>95</sup> As questões pertinentes a memórias e ao *esquecimento* serão discutidas no próximo capítulo.

<sup>96</sup> Margaret Grandó iniciou sua militância no Movimento Estudantil logo no seu primeiro ano na Universidade Federal de Santa Catarina. Cursou Farmácia e Bioquímica entre os anos de 1975 e 1980, participando ativamente da Juventude do MDB. A partir da deflagração da Operação Barriga Verde, passou a fazer visitas regulares aos presos políticos que estavam na Cadeia Agrícola de Canasvieiras, local onde fez amizade com Marcos Cardoso Filho. GRANDÓ, Margaret. **Movimento Feminino pela Anistia SC**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 20 de abril de 2015]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

encarar o desafio de conversar com Therezinha Zerbine e fazer essa interlocução do MFPA para Florianópolis. Ao questioná-la sobre como foi o encontro e as suas impressões ao conversar com Therezinha, respondeu-me:

A própria Zerbine! Ela mesma me recebeu; conversou comigo, me explicou o quê que deveria de fazer. Aí eu falei que íamos reunir as mulheres dos presos políticos, do pessoal incriminado na Operação Barriga Verde. E que eu estava lá pra fazer vínculo, mas que outras pessoas estariam conosco.

[...]

Porque o Movimento Feminino ele, realmente, era suprapartidário, ele tinha um objetivo que era a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e... Vinha sendo encabeçado e, em nível nacional, por pessoas que tinham um... Bom trânsito, tanto na sociedade brasileira quanto internacional. Então, a Therezinha Zerbine – eu não li aquele livro dela – mas, assim, ela tinha contato com embaixadas, era mulher do doutor Zerbine, que era uma autoridade nacional... Então, era uma coisa... Uma senhora distinta da sociedade paulista<sup>98</sup>.

Desde o primeiro contato, até realizarmos a entrevista, Margaret sempre teve o cuidado de deixar claro que o seu papel no MFPA foi de fazer essa interlocução, pois percebia que as mulheres e parentes desses presos, talvez, não saberiam a quem recorrer, como fazer e quais atitudes deveriam ser tomadas. Nesse sentido, se dispôs a ajudar essas pessoas, porém enxergava esse Movimento “como uma organização de muito respeito, aquele respeito no sentido conservador; de *sociedade*”<sup>99</sup>. Acredito que o fato de uma estudante, militante do movimento estudantil, com seus vinte anos de idade, encontrar com uma senhora de sociedade para discutir as atitudes a serem tomadas para a construção de um movimento político, é algo extremamente simbólico e fora do que estava habituada. Afinal de contas, a juventude é posta como uma fase de rebeldia, que se choca com valores tradicionais ou conservadores<sup>100</sup>. Creio ser este o sentido do *estranhamento* e de uma dificuldade de identificação com o MFPA.

---

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> GRANDO, Margaret, op. cit..

<sup>100</sup> Sobre essa questão da juventude e militância, ver em: BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder:** juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

**Figura 4:** Margaret Grando, estudante de Bioquímica da UFSC, precursora do MFPA-SC e militante do Movimento Estudantil. Canal da Barra (Laguna) 1978.



**Fonte:** MARTINS, Celso, 2006, p. 353. Acervo pessoal do autor.

Apesar de Margaret Grando dizer que não havia uma identificação a luta do MFPA, na fotografia acima a estampa *Anistia* em sua camiseta suscita outra interpretação da sua atuação no núcleo catarinense do MFPA. Após o primeiro contato com Zerbine, Margaret trouxe documentos, jornais, “algo semelhante a um estatuto” e entrou em contato com as esposas dos presos Marcos Cardoso Filho e Roberto Motta – Marise Maravilhas e Maria Rita Bessa Motta para dar início às atividades do MFPA.

Ainda sobre o encontro com Therezinha Zerbine, Margaret relata que:

[...] ela [Therezinha Zerbine] tinha escutado falar da Maria Rita – ou ela estava lá na USP, no dia em que a Maria Rita fez um depoimento lá, não sei como é que foi... Lembro que ela falou da Maria Rita...<sup>101</sup>.

Anterior a uma organização do núcleo do MFPA em Santa Catarina, a esposa de Roberto Motta, Maria Rita, já havia participado de um evento na Universidade de São Paulo – USP - em que denunciava as condições degradantes da prisão do marido, as torturas inculdas e o frágil estado de saúde em que ele se encontrava. No acervo *online* do Arquivo do Estado de São Paulo, consta uma vasta documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Divisão de Informações (DEOPS-DI), inclusive, consta o relatório “Observação no Campus Universitário” do DEOPS, referente a esse encontro na USP<sup>102</sup>. Maria Rita já estava, desde a prisão de seu esposo, buscando apoio de quem se dispusesse a ajudar e de informá-la sobre as atitudes a serem tomadas.

Ao ser questionada se sofreu algum tipo de repressão por fazer parte do movimento, que era político, Maria Rita respondeu:

E era assim, não é: uma vez no discurso da Therezinha Zerbine ela falou: ninguém vai prender a mulher que tá querendo soltar o marido preso; tirar o marido da cadeia. Não vão fazer isso! Eles vão fazer um movimento, se eu fizer uma organização pra fazer qualquer coisa, tátátátátá. Isso não existia; o que existia era isso, né... Esse era o nosso trabalho<sup>103</sup>.

O trabalho que ela se refere é o de ir atrás de informações sobre os presos, no caso o marido dela, saber onde estava, pra onde ia, o que comia etc.. Não necessariamente como luta política, apesar de posto o caráter do político movimento.

Por mais que não sejam apreendidos como “político”, os “jogos de gênero” são utilizados para legitimar a luta política, não como militantes partidárias, mas como mães, donas de casa que lutam pelo restabelecimento de suas famílias. Segundo a autora Elizabeth

---

<sup>101</sup> GRANDO, op. cit..

<sup>102</sup> Vide Anexo 1: Relatório de Observação do Campus Universitário, 1975/76.

<sup>103</sup> BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 09 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Jelin, o uso ampliado do papel de gênero e a exacerbação das suas dores no espaço público, muitas vezes fora utilizado como algo natural, inerente à mãe, a esposa, a viúva. Sobre isso, Elizabeth comenta que:

O compromisso da maioria delas não provinha de convencimentos ideológicos democráticos, ou de cálculos de estratégia política antiditatorial. Não era uma lógica política, mas uma lógica de afeto: fundamentalmente, mulheres diretamente afetadas - mães, avós, familiares de vítimas, de desaparecidos ou torturados, pedindo e reclamado por seus filhos. A denominação das organizações das mulheres alude à primazia familiar<sup>104</sup>.

Ao mesmo tempo em que havia essa conotação de *dever* feminino, a luta pela Anistia era colocada como uma possibilidade de atuação contra o autoritarismo instaurado, no limiar da legalidade, sem estar na clandestinidade. Ao entrevistar Maria Helena Garcia<sup>105</sup>, ela relatou-me que uma das motivações de ter entrado para o MFPA foi a prisão de alguns colegas na Operação Barriga Verde; que a deixara muita “emocionada”. Provocando um sentimento de indignação e vontade de atuar politicamente, pois sabia que essas pessoas seriam torturadas<sup>106</sup>. Ela encontra na participação no MFPA à possibilidade de lutar por essas pessoas, dentro da legalidade: “eu entrei no movimento, não porque ele era feminino, sabe; é porque ele existia, era uma brecha. Era uma forma de participar, que não era clandestina [...]”<sup>107</sup>.

Sobre as reuniões do MFPA, segundo essas mulheres não havia um lugar fixo para a realização. Por se tratar de um grupo pequeno, muitas das reuniões aconteceram na casa de Maria Rita Bessa e na Cúria Metropolitana de Florianópolis; a chamada Casa do Bispo<sup>108</sup>. Acredito que ao contar com o apoio da Igreja Católica, enquanto instituição idônea e apartidária tenha permitido uma legitimidade na exposição da luta pela Anistia. Sendo assim, as ações tanto do MFPA como as discussões sobre a Anistia no Estado passou

<sup>104</sup> JELIN, Elizabeth. Ante, de, en, y Mujeres y Derechos Humanos. **America Latina Hoy**. Salamarca: Universidade de Salamarca. Novembro, n. 009, 1994, p.15.

<sup>105</sup> Maria Helena Garcia participou na fase final do MFPA, entre 1978 e 1979, e diz que só tinham 5 mulheres que participavam das reuniões, mas que ela não se recorda os nomes. GARCIA, Maria Helena. **Movimento Feminino pela Anistia SC: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979**. [Depoimento: 01 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>106</sup> GARCIA, Maria Helena, op. cit..

<sup>107</sup> GARCIA, Maria Helena, op. cit..

<sup>108</sup> BESSA, Maria Rita, op. cit..



a contar, não apenas como apoio da Igreja Católica, mas com toda a força discursiva e até mesmo, humanizada, que isso representa.

Ao pesquisar no acervo da Cúria da Metropolitana da Capital tive acesso às cartas da Anistia Internacional endereçadas ao bispo à época, Dom Afonso Niehues. Essas cartas foram de extrema importância para compreender o apoio da Igreja Católica na luta pela anistia, bem como a articulação da Anistia Internacional junto a essa instituição. O conteúdo político presente nessas cartas é expresso de uma forma muito sutil ao contatar a figura proeminente do bispo. As pessoas que remetem que essas cartas, intencionam obter informações das condições dos presos políticos, bem como “sugerem” que o bispo utilize a sua influencia na cena política e pública, para que os julgamentos ocorram o mais depressa possível.

Dentre as mais de 60 cartas remetidas dos escritórios da Anistia Internacional, de países como França, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, duas cartas, em especial, me chamaram a atenção: foram remetidas pelo Pastor da Igreja Evangélica Lutherana, Wlademar Sperl, do distrito de Gesees na Alemanha. Na primeira carta, datada de 29 de abril de 1976, o pastor muito cordialmente solicita informações ao bispo relacionadas às condições da família do preso Roberto Motta e, também, contato do advogado de defesa do mesmo. Já na segunda, com data de 20 de junho de 1976, o pastor inicia agradecendo as informações encaminhadas na carta recebida em 11 de maio e, dessa vez, demonstra preocupação com a senhora Motta: foi oferecido ajuda para financiar as despesas médicas de Roberto Motta, bem como o pagamento das custas do advogado de defesa, porém não obtiveram resposta alguma. E com isso, solicita que seja entrado em contato com a senhora Maria Rita sobre a ajuda ofertada e sobre as condições futuras, acredito de encarceramento, de Roberto Motta.

**Figura 5:** Carta da Anistia Internacional remetida ao bispo Dom Afonso Niehues em 29 de abril de 1976.

Waldemar Sperl  
 Pastor da Igreja Evangelica Lutherana  
 Nr. 1  
8581 Gesees  
 Westdeutschland ( BRD)

Gesees, 29.4. 1976  
*rec 11-5*

Va. Eminencia Bispo de Florianópolis

Muito ocupado com o destino de nosso amigo R o b e r t o J o a o M o t t a , advogado, prêso deste 4 novembro 1975 em Florianópolis, escrevo esta carta. (Manicônio do Peniteciario)

Va. Eminencia tem certamente a possibilidade de sondar e de informar-me sôbre a atual moradia da família de Snr. Roberto, como ela vai ou sôbre dificuldades em quais ela está.

Peço cordialmente de dar - me estas informações.  
 Sou também muito interessado de conhecer o endereço e nome de advogado de defesa de Snr. Roberto.

unida na fé crista

Waldemar Sperl *Waldemar*  
 Pastor da igreja Evangelica Lutherana

**Fonte:** Arquivo da Cúria Metropolitana da Capital<sup>109</sup>.

<sup>109</sup> AMNESTY INTERNACIONAL. Gesees, Alemanha. 29 abr. 1976. Acervo da Cúria Metropolitana da Capital.

**Figura 6:** Carta da Anistia Internacional remetida em resposta ao bispo Dom Afonso Niehues em 20 de junho de 1976.

Waldemar Sperl  
 Pastor da Igreja Evangelica Lutherana  
 r. 1  
 - 8581 Gesees  
 Germany

Gesees, 20.6. 1976

*rept*

Prezado senhor:

Em mãos a sua carta de 11 de maio p.p. agradeço muito pela informação sobre o estar de Sr. Motta. Oferecemos a Sra. Motta de ajudar - a de financiar uma boa assistência medicinal de seu marido e de pagar as despesas de advogado, mas ficávamos sem resposta. Seria muito grato a Va. Sria. para um conselho como nós pudéssemos ajudar o Sr. Motta em suas dificuldades, e pelas futuras notícias sobre o seu destino.

*— Da M<sup>ra</sup> Rita responde em fins de junho*

Com cordiais saudações

*Waldemar Sperl*  
 Waldemar Sperl, Pastor

**Fonte:** Arquivo da Cúria Metropolitana da Capital<sup>110</sup>.

A Anistia Internacional desempenhou um papel fundamental ao exercer pressão às autoridades competentes para lutarem pelos presos políticos e de consciência. O contato exposto acima com o bispo de Florianópolis demonstra esse sentido estratégico da ação dessa organização: pessoas de diversos locais do mundo estão acompanhando e sofrendo com os abusos cometidos pelo regime instaurado. Essas cartas auxiliam os familiares e os movimentos brasileiros, tanto financeiramente quanto ideologicamente.

<sup>110</sup> Ibidem.

## 2.4 AS ATIVIDADES DO MFPA NOS IMPRESSOS

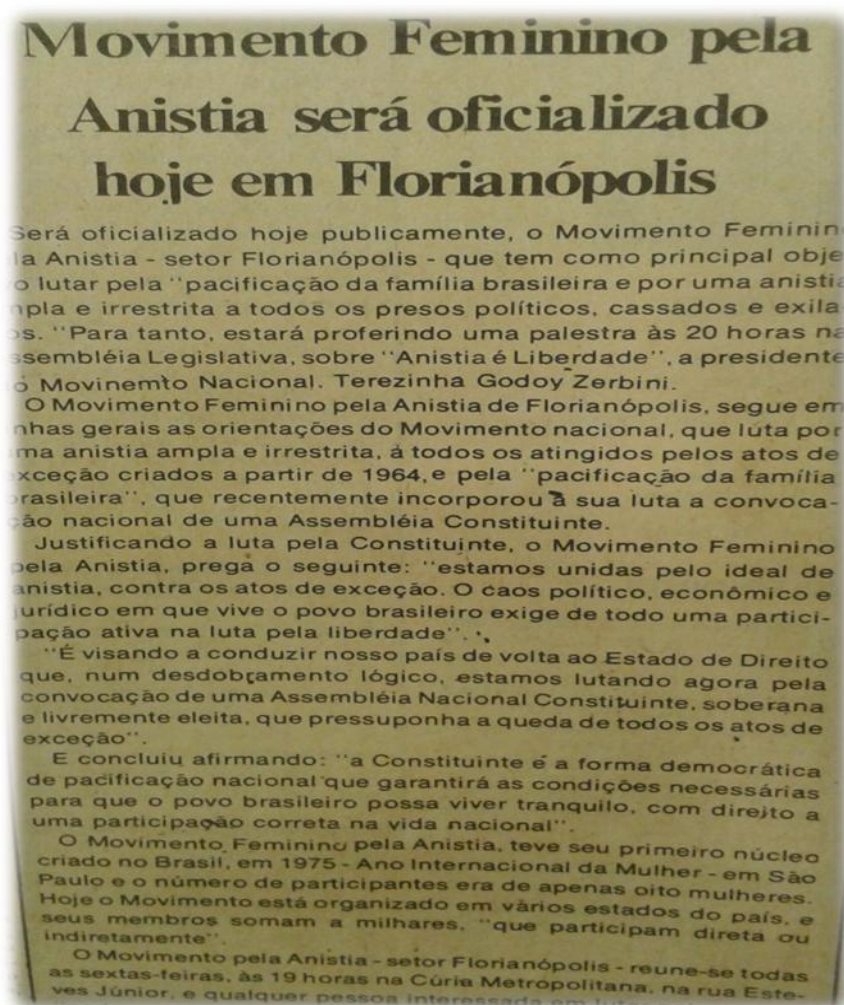
Além da pressão por meio da Anistia Internacional, aos poucos a questão da Anistia foi ganhando espaço no cenário de lutas brasileiro. O MFPA se apresenta como o pioneiro na luta pela Anistia e como principal impulsionador para a criação de outros movimentos, como o Comitê Brasileiro pela Anistia em 1978, quem assim como o MFPA, contou com diversos núcleos regionais.

O período compreendido entre os anos de 1978 e 1979 foi fortemente marcado pela luta pela Anistia, ocorrendo concomitantemente em várias regiões do país, inclusive, passou a ser noticiado nas mídias impressas nacionais e regionais, que até então eram censuradas e somente emitiam pequenas notas sobre o assunto.

Ao realizar pesquisa no jornal “O Estado” pude inferir que os efeitos dessa mobilização nacional, também, foram sentidos no Estado e refletidos na imprensa local. Durante o ano de 1977, chamou-me a atenção como o tema Anistia foi tratado de forma bastante representativa, especialmente, a edição anterior à fala de Therezinha Zerbine na ALESC e, a edição seguinte, que contou com a reportagem de capa e depoimentos de pessoas que se colocam favoráveis à luta pela Anistia. Essas reportagens, em sua maioria, são elencadas conjuntamente a atuação da Igreja em defesa dos direitos presos políticos da ditadura militar e a campanha pela Anistia. O cardeal Dom Evaristo Arns e a própria Zerbine, são exemplos das pessoas, que nesse período, já eram conhecidas pelas palestras e conferências sobre o tema.

O recorte abaixo do jornal *O Estado* em que noticia a oficialização do núcleo catarinense do MFPA, contando com a participação de Therezinha Zerbine na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC é um bom exemplo para entender como o tema da Anistia passou a ser tratado.

**Figura 7:** Conferência com Therezinha Zerbine para oficialização do MFPA – seção Florianópolis



**Fonte:** Jornal O ESTADO, 26 nov. 1977. Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Florianópolis <sup>111</sup>.

O fragmento menciona como objetivos principais da conferência “lutar pela pacificação da família brasileira e por uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, cassados e exilados”. Mais adiante, o jornal segue citando Zerbine: “a Constituinte é a forma democrática de pacificação nacional que garantirá as condições necessárias para que o povo brasileiro possa viver tranquilo, com direito a uma participação correta na vida nacional” <sup>112</sup>. E encerra com um resumo do que se trata o Movimento

<sup>111</sup> O ESTADO, Ano 63, n° 18.889, 26 nov. 1977.

<sup>112</sup> Ibidem.

Feminino pela Anistia. Nas falas em que são atribuídas à Therezinha, iniciam com *pacificação da família* ou *estamos unidas*, são condicionadas ao papel de gênero que as mulheres desempenham na sociedade. Por mais que esta tenha sido proferida no espaço público, num ambiente masculino por excelência, a construção do gênero é acionada como legitimador da postura de luta adotada pela porta voz do MFPA. A fala da Zerbine dentro de uma instituição masculina por excelência, em que convoca as mulheres a participarem da política, demonstra que, mesmo não se identificando como o feminismo, o questionamento da condição da mulher e a tomada do espaço público, tido como masculino, era pauta de reivindicação da Zerbine e do MFPA.

Já a edição de 27 de novembro de 1977, traz na capa a fotografia de Dom Evaristo Arns em uma bancada em que aparece a palavra “ANISTIA” em destaque. Ao lado da palavra ANISTIA, nessa mesma capa, uma fotografia de Therezinha Zerbine com o seguinte trecho:

Therezinha Zerbini presidenta do Movimento Feminino pela Anistia, disse ontem nesta Capital: “deixei de ser dona-de-casa para lutar por aqueles que realmente precisam: mais de 300 presos, cerca de 5 mil exilados e 4.862 cassados”<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> O ESTADO, Ano 63, nº 18.8990. 27 nov. 1977, capa.

Figura 8: “ANISTIA” capa de jornal de grande circulação catarinense da década de 1970.



**Fonte:** Capa da edição nº 18.890, jornal O Estado, 27 nov. 1977. Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Florianópolis.

Essa reportagem é fruto da fala proferida na instalação oficial do MFPA em Florianópolis, que contou com a cobertura desse jornal. Ao longo da reportagem dedicada à conferência realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, é narrada desde a criação do MFPA em São Paulo, à importância da luta pela Anistia e por melhores condições de encarceramento dos presos políticos. Zerbine, também, frisa que as mulheres devem assumir maior participação na política brasileira – disse isso para uma plateia

majoritariamente masculina. Enfatiza que todas as relações são políticas, inclusive, as de dentro de casa, entre filhas, filhos e marido<sup>114</sup>.

O fato dessa reportagem sobre o MFPA ter saído a exatos 15 dias após a soltura dos últimos três presos políticos da Operação Barriga Verde, acredito que se deva pelos sinais de afrouxamento do aparelho repressor. Também, pelo fato de garantir certa tranquilidade em abordar a discussão da luta pela Anistia e por melhores condições aos presos políticos, afinal, os presos políticos do Estado haviam sido “libertados”.

O período posterior à liberação dos últimos presos político do Estado pode ser considerado como o período de maior atuação do MFPA catarinense. Acredito que pelo fato de a mobilização pela Anistia estar ganhando cada vez mais adeptos ao longo do país, tenha contribuído para o fortalecimento do movimento. Como aponta a historiadora Gislene Lacerda,

O final da década de 1970 teve a marca de partes significativas de uma sociedade que se mobilizava ativamente nas diversas lutas que contribuía para o fim da ditadura e para restaurar a democracia no país<sup>115</sup>.

Nos anos finais da década de 1970, o Brasil presenciou o avanço e disseminação de campanhas em prol da Anistia, ao mesmo tempo em que uma onda grevista sacudia todo o país. Estava posto o caminho para a redemocratização e abertura política. Nesse sentido, percebe-se que a união e luta de diversos setores da sociedade foram responsáveis para a transição do regime ditatorial para o democrático. Mas, por mais que o retorno da democracia estivesse no horizonte de expectativas daquelas pessoas, era preciso lutar para que os erros e injustiças cometidos nesse período fossem reparados e não repetidos.

Ao mapear e investigar a articulação política do núcleo catarinense do MFPA busquei por documentos (panfletos, jornais alternativos, entre outros) que indicassem essa atuação. Apesar da dificuldade de encontrar documentação sobre esse movimento em Florianópolis<sup>116</sup>, o que encontrei são informativos sobre a questão da Anistia, que contém

---

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> LACERDA, Gislene Edwiges de. Movimento Estudantil na transição democrática brasileira: entre história e memória. In: XII - ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2014, Teresina. **Anais**. Teresina: UFPI, 2014, p. 4.

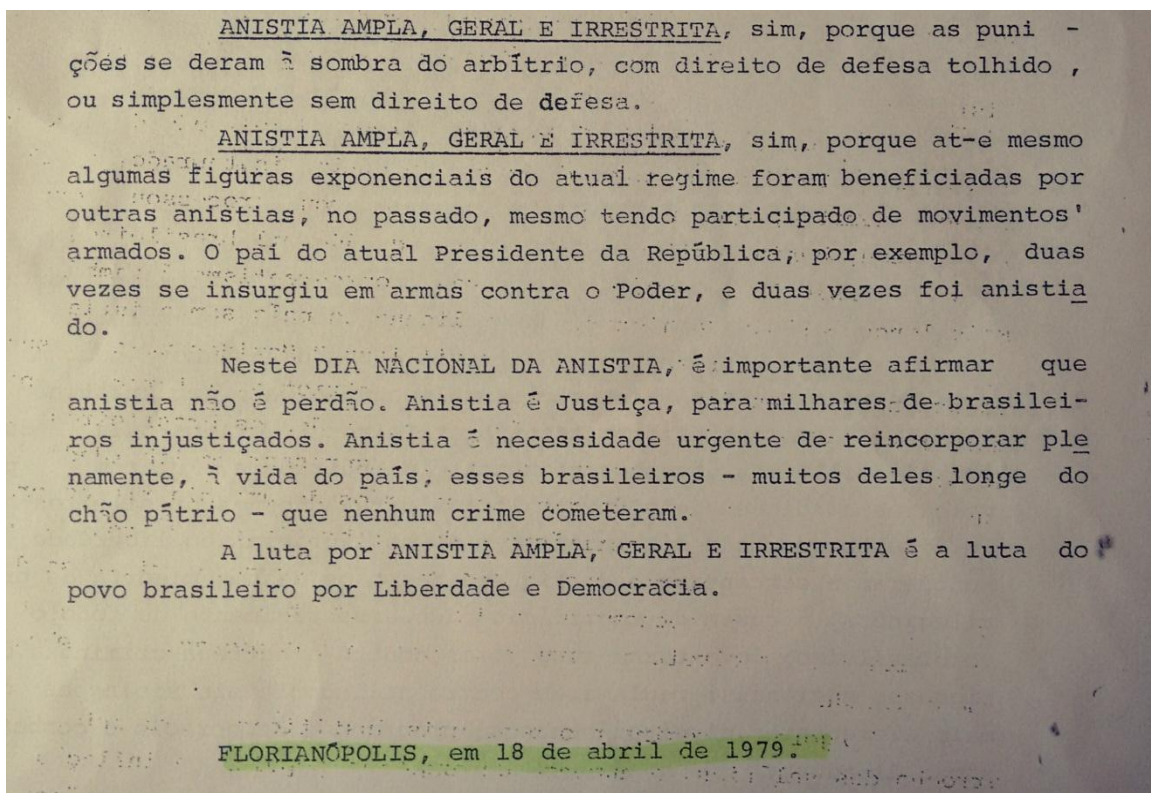
<sup>116</sup> Os poucos que consegui foram gentilmente cedidos do acervo pessoal de Margaret Grandó e Celso Martins.



denúncias sobre as condições dos presos políticos e seus familiares, bem como o projeto de anistia proposto pelos movimentos sociais. Nesses informativos pode-se apreender a pressão exercida pelos Movimentos pela Anistia Nacional contra o Projeto de Lei, proposto pelo governo, que seria votada no congresso<sup>117</sup>.

A imagem abaixo é um trecho do documento *Anistia para todos os brasileiros*, com data de 18 de abril de 1979, em que assinam o Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA-SC), Comissão Pontifícia Justiça e Paz (SC), Instituto de Estudos políticos Pedroso Horta (SC) e Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA- SC).

**Figura 9:** ANISTIA Para Todos os Brasileiros



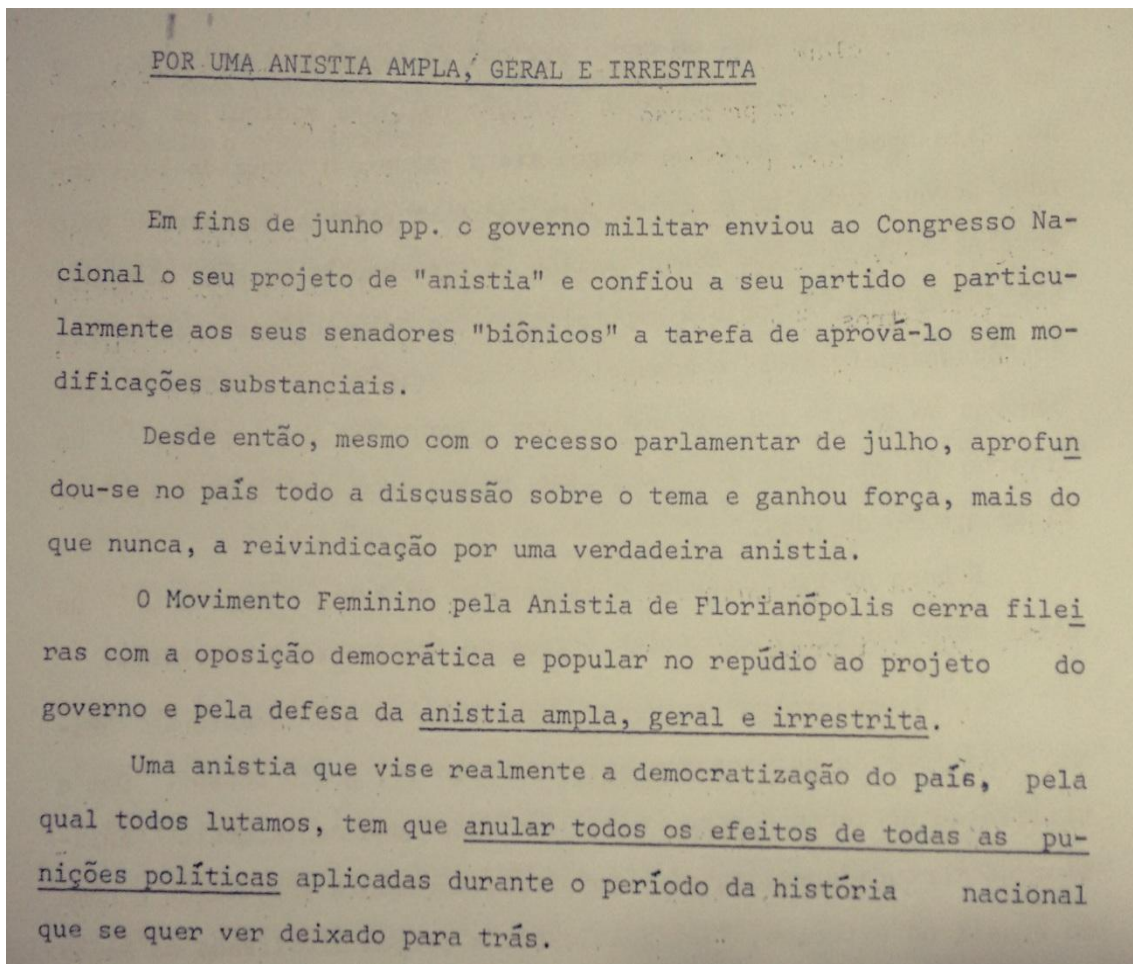
**Fonte:** Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

Em 07 de agosto de 1977, o MFPA-SC lança o manifesto *Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* em resposta ao Projeto enviado ao Congresso Nacional para votação.

<sup>117</sup> A Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia, foi promulgada pelo então presidente da república João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979.

Neste documento são apresentas críticas ao projeto do governo que visa uma anistia restrita e parcial, onde não são levados em consideração os desaparecidos políticos, é omissa com relação aos servidores públicos afastados ou exonerados por motivações políticas, entre outras questões relacionadas aos abusos cometidos durante o período repressivo.

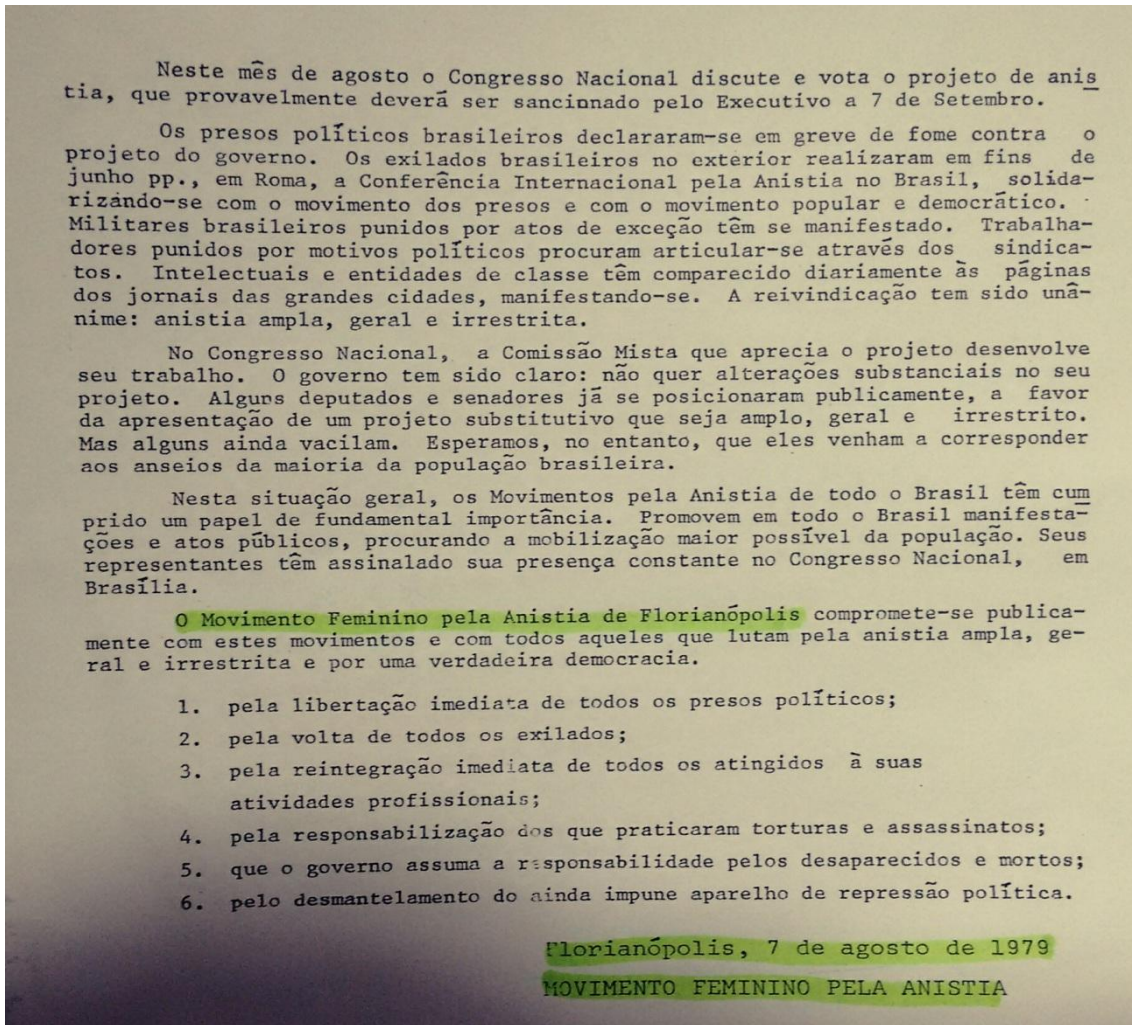
**Figura 10:** Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.



**Fonte:** Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

Ao longo das críticas tecidas ao Projeto de Lei proposto pelo governo e colocado em votação, o documento é concluído da seguinte maneira:

**Figura 11:** Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.



**Fonte:** Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

Diante do quadro de intensa mobilização dos Movimentos pela Anistia em fins da década de 1970, pode-se inferir que a intencionalidade requerida foi contrária à promulgada. Essas mobilizações partilhavam da mesma intencionalidade: queriam que ela fosse Ampla, Geral e Irrestrita aos exilados e presos políticos. Para o historiador e filósofo Tsvetan Todorov, em contextos totalitários, se o esquecimento forçado é uma maneira de controle, a recordação e a disseminação de conhecimento são formas de resistência<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> TODOV, Tsvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Editorial Paidós, 2000, p. 12-15.

### CAPÍTULO 3. OS USOS E AS DISPUTAS DA MEMÓRIA

*A esperança  
Dança na corda bamba de sombrinha  
E em cada passo dessa linha  
Pode se machucar<sup>119</sup>*

Os anos de 1978 e 1979 foram marcados pela luta pela Anistia, que ocorreu concomitantemente em várias regiões do país, inclusive, contribuiu para a mobilização de diversos setores da sociedade civil. A autora Carla Rodeghero<sup>120</sup> aponta que a luta pela Anistia “foi contemporânea de um novo conjunto de movimentos sociais que emergiram” nesse período. Tais movimentos são considerados como “movimentos de minorias políticas” impulsionados pelo cenário internacional, mas, também, marcados pela conjuntura particular brasileira<sup>121</sup>. Diante desse cenário de luta pela redemocratização e de disputas ideológicas, é importante perceber que nesse momento, essas *minorias políticas* tornaram-se os atores sociais e passaram, também, a integrar o espaço público<sup>122</sup>.

Com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) diversos representantes dessas *minorias políticas* passaram a integrar o quadro de militantes. De acordo com a autora Carla Rodeghero, entre essas mulheres e homens que passaram a integrar os comitês estão: os “representantes do Movimento Sindical, do Movimento Estudantil, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, de organizações feministas e ambientalistas, familiares de mortos e desaparecidos e, também, de organizações políticas legais e clandestinas”<sup>123</sup>.

O CBA foi criado em 1978 tornando-se, também, uma organização de âmbito nacional. Assim como o MFPA, promoveu discussões públicas sobre a anistia, participou das campanhas em prol da libertação de presos no exterior, elaborou propostas para o

---

<sup>119</sup> BOSCO, J. ; BLANC, A. O bêbado e a equilibrista. Intérprete: Elis Regina. **Elis, essa mulher**. [S.I.] WEA, Brasil, 1979. LP.

<sup>120</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela Anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979). **Tempo e Argumento: Revista do programa de pós-graduação em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p.107.

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> A autora ainda cita a atuação de setores do MDB e de “organizações clandestinas que atuavam legalmente dentro do movimento estudantil”, nos CBA’s conforme a propensão do movimento. RODEGHERO, Carla Simone, op. cit., p. 106-107.

projeto de anistia e mobilizou-se quando da votação do projeto da Lei de Anistia pelo Congresso, em agosto de 1979<sup>124</sup>.

Apesar de o CBA ter sido organizado objetivando o encaminhamento do projeto de Anistia ao Congresso<sup>125</sup> é aludido como o principal movimento pela anistia da década de 1970 em detrimento do MFPA. A partir dessa significação, percebo que essa memória, também, é construída baseada nos papéis tradicionais de gênero. Sabendo que homens e mulheres participaram dos movimentos de contestação e resistência, percebo que a luta dessas mulheres por notícias de seus entes e por melhores condições de encarceramento aos presos políticos, não era concebido como movimento político, mas o cumprimento do *papel* da mulher. Inicialmente, a estratégia do MFPA era justamente a de afastar o caráter político do movimento, mas cabe a nós, historiadoras e historiadores, percebermos esses *jogos*<sup>126</sup> ao estudarmos o período repressivo do Brasil. Faz-se necessário, também, atentarmos para o fato de que mulheres e homens são afetados de maneiras diferentes em governos de exceção.

Essa diferenciação na construção da memória do CBA em detrimento do MFPA se faz presente em diversos trabalhos que abordam a questão da anistia de 1979. A autora Ana Rita Fonteles, ao estudar as memórias do núcleo cearense do MFPA, constata essa diferenciação na construção da memória sobre anistia; ressalta que:

A memória da anistia é preponderantemente masculina, com ênfase nas ações dos Comitês Brasileiros pela Anistia. As mulheres não estão fora do cenário, mas aparecem como “abre-alas”, pelo MFPA, homenageadas pelos papéis femininos naturalizados em solenidades e atos públicos<sup>127</sup>.

O MFPA nacional desde a sua criação, em 1975, sofreu diversas críticas pelo caráter restrito do movimento e, principalmente, por não aceitar homens como sócios. Conforme os estudos de gênero mostram, o feminino é socialmente inferiorizado e quando assume “tarefas” diferentes das definidas pelo seu papel social, é deslegitimado. Desse

<sup>124</sup> ARAUJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. **História Oral**, v. 15, n. 2, jul.- dez. 2012, p.14.

<sup>125</sup> VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 9, 2008, Porto Alegre. **Vestígios do Passado: a história e suas fontes**. Porto Alegre: Anpuh - RS, 2008, p. 6-7.

<sup>126</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles, op. cit., 2012, p. 15.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 204.

modo, acredito que o MFPA por ser elaborado e constituído por mulheres, passa a ter esse caráter de inferioridade. Os CBA's não só contam com a participação de homens, como passam a serem os protagonistas na luta pela Anistia.

Ao se problematizar a memória da luta pela Anistia, não poderia deixar de mencionar a canção interpretada por Elis Regina - *O Bêbado e o Equilibrista* - que se tornou um marco na luta pela promulgação da Lei de Anistia. O trecho com o qual inicio esse capítulo refere-se à abertura política brasileira em que a corda bamba representa o cenário político de distensão – empreendido desde o governo Ernesto Geisel, em 1974. A historiadora Isabel Beirigo ao historicizar a letra dessa canção, aponta que:

Enquanto o bêbado com chapéu-coco se empenhava na transformação lenta, segura e gradual, mantinha-se sobre a corda bamba, juntamente com a esperança de milhões de brasileiros, conciliando militares e oposição. Retrocedendo em alguns momentos, avançando em outros e equacionando posições entre a tortura dos porões e o avanço da democracia<sup>128</sup>.

Esse era o clima da segunda metade da década de 1970: de um lado a sociedade civil, com diversas mobilizações pelas liberdades democráticas e sociais e do outro, os militares que visavam uma abertura lenta, gradual e segura. Esse embate de forças é notório ao longo da elaboração dessa canção. Dentro desse panorama de resistência, as metáforas empregadas nessa música, para se referirem aos acontecimentos da década de 1970, passam a ser invocadas como símbolo de resistência e de luta<sup>129</sup>.

A força simbólica presente nesta canção, composta por de Aldir Blanc e João Bosco, pode ser percebida na entrevista que realizei com Margaret Grandó<sup>130</sup>. Ao longo de sua fala, ela relatou que se recorda de ter participado de um evento em São Paulo<sup>131</sup> com os

<sup>128</sup> BEIRIGO, Isabel Cristina Felipe. “A Esperança Dança na Corda Bamba...”: Abertura política titubeando em avanços e retrocessos. **História e-História**, Campinas, mar. 2010 p.3.

<sup>129</sup> Os seguintes versos exemplificam melhor minha posição: *caía a tarde como um viaduto*: referência a queda do viaduto Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro, em 1971, no auge da ditadura militar; *que sonha com a volta do irmão do Henfil*: Henfil era um dos principais cartunistas do país e seu traço uma das mais importantes manifestações de resistência ao regime militar.

<sup>130</sup> GRANDÓ, Margaret, op. cit..

<sup>131</sup> Tratasse do Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia, promovido pelo CBA/SP. Nesse encontro foi redigido um documento, a Carta de Salvador, em que constam todas as reivindicações dos Movimentos pela Anistia Nacional. Margaret Grandó lembra-se de ter comparecido, porém, não se recorda se foi como representante do MFPA-SC ou Movimento Estudantil. No final desse documento todos os movimentos que apoiam o assinam; não consta a assinatura do MFPA-SC. Sobre a Carta de Salvador e anotações pessoais de Margaret Grandó, vide anexo 02.

Movimentos pela Anistia, porém não lembra se foi como representante do DCE da UFSC ou do MFPA-SC. Para Halbwachs, o esquecimento ocorre não porque não temos mais a ligação com os grupos dos quais fazíamos parte, mas devido à ausência de determinado grupo, pessoas ou conhecimentos no dia-a-dia, falta de sentimentos relacionados, entre outros elementos cotidianos<sup>132</sup>.

Apesar de não conseguir rememorar o que foi discutido no evento, lembra-se da última música em que ouviu Elis Regina cantando, antes de ir para a rodoviária retornar para Florianópolis; era o *hino pela Anistia*. Acredito que essa música pode ser entendida, na definição de Pollak, como um enquadramento de memória<sup>133</sup>, pois foi ecoada num momento em que a agência dos sujeitos e a luta política se unem.

Segundo Halbwachs, uma lembrança está marcada pelo sentimento que ela desperta ou da sensação despertada pelo acontecimento no momento passado<sup>134</sup>. Percebo que a ênfase da narrativa de Margaret Grandó sobre a última canção que ouviu Elis Regina cantar, pode ser considerada um enquadramento de memória, pois o relacionar a luta pela Anistia à canção, possivelmente esteja no esforço de conectar a sua memória pessoal, com a memória coletiva do período.

Outra questão que, também, é importante destacar, é que Margaret Grandó não se identificava com o MFPA, pois o via “como uma organização de muito respeito, aquele respeito no sentido conservador; de *sociedade*”<sup>135</sup>. A sua fala é permeada pela ênfase na participação no Movimento Estudantil. Acredito que essa ênfase seja dada pelo caráter de rebeldia que a ideia de juventude suscita. A historiadora Lidia Bristot, ao abordar a questão da juventude, aponta que:

A ideia de que jovens são naturalmente rebeldes, indignados e questionadores da sociedade fez com que a militância nessa fase da vida seja, por um lado legitimada como o momento na vida de se rebelar, e deslegitimada por outro como algo que irá passar com a chegada da vida adulta<sup>136</sup>.

<sup>132</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ed. São Paulo: Vértice, 1990, p. 33.

<sup>133</sup> O termo *enquadramento de memória* é utilizado por Pollak ao contrapor a ideia de memória coletiva de Maurice Halbwachs. Ver em: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 7.

<sup>134</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 35-36.

<sup>135</sup> GRANDÓ, Margaret, op. cit.

<sup>136</sup> BRISTOT, Lídia, op. cit., 2014, p. 21.

Nesse cenário de construção de uma memória sobre o MFPA de Santa Catarina é perceptível, ao longo da narrativa de Margaret Grando, o esforço de legitimar o Movimento Estudantil como um símbolo de resistência ao governo ditatorial. Esse enquadramento de memória, na expressão de Pollak<sup>137</sup>, permite compreender de que forma “as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, de cima para baixo”. Essa relação pode estar intimamente ligada à identificação da Novembrada como símbolo de resistência à ditadura civil-catarinense.

### 3.2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: o caso da Novembrada

Ao pesquisar sobre o período ditatorial em Santa Catarina é notável a quantidade de pesquisas (documentários, reportagens jornalísticas, entre outros trabalhos) que envolvem a Operação Barriga Verde e a Novembrada<sup>138</sup>. Com o passar dos anos, a reconstrução histórica do período a partir de determinados fatos e personagens, contribui para a construção de uma memória coletiva sobre a resistência catarinense à ditadura civil-militar. Se a Operação Barriga Verde pode ser considerada uma das mais violentas ações do aparelho repressor em solo catarinense, a Novembrada, ainda hoje, é evocada como símbolo de luta e resistência do Estado. Para compreender a construção dessa memória, faz-se necessário entender os desdobramentos anteriores e posteriores a esse evento.

A Novembrada foi um protesto organizado pelo DCE da UFSC, em 30 de novembro de 1979, em frente ao Palácio Cruz e Souza, que na época era a sede do governo do Estado e onde seria recebido o então presidente da república, General João Baptista Figueiredo<sup>139</sup>. Segundo a historiadora Paola Silveira, as reivindicações do protesto giravam em torno da situação de pobreza da população até os gastos exorbitantes para a recepção do

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>138</sup> Ver em: MIGUEL, Luis Felipe. Revolta em Florianópolis: A novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1995; BRISTOT, Lídia Schneider. Um outro olhar sobre a Novembrada. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984 - 3968, v.6, n.1, 2012; SARTORI, Juliana. A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense. Revista História, Santa Catarina, Ano II- numero 9, p. 44 – 47, nov/dez 2008.

<sup>139</sup> O general João Baptista Figueiredo esteve na presidência da república no período de 1979 a 1985, o último presidente do regime militar.



presidente; além da contestação ao regime autoritário que se mantinha <sup>140</sup>. Essa manifestação mobilizou milhares de pessoas incluindo trabalhadores, donas de casa e até crianças<sup>141</sup>.

A memória construída a posteriori da Novembrada - baseada tanto na repercussão nacional quanto internacional desse protesto - tende a resumir o cenário de resistência catarinense à ditadura civil-militar. Acredito que isso esteja relacionado ao fato de que a Novembrada, após ter sido *gestada* pelo Movimento Estudantil da UFSC, contou com o apoio popular e, este se tornou decisivo para caráter de sucesso da manifestação<sup>142</sup>.

A historiadora Isabella Cristina de Souza ao analisar os marcos da trajetória do Café Ponto Chic<sup>143</sup> ou Senadinho, em Florianópolis, constata uma ressignificação na memória desse Café em função da Novembrada.

O caso da Novembrada é muito significativo para discutir a questão da construção da memória, pois evidencia que, dependendo da situação ou do contexto, determinados elementos são “esquecidos”, lembrados ou até mesmo ressignificados <sup>144</sup>.

O curioso da relação desse Café com a Novembrada, segundo a mesma autora, é que a intenção era homenagear o então presidente da república, General João Batista Figueiredo, com a entrega do primeiro diploma de *senador* da confraria; esse diploma passou a ser entregue a pessoas consideradas personalidades da cidade. Esse episódio ocorreu em meio aos protestos no centro da cidade. Passados trinta anos após esses acontecimentos, no ano de 2004, os esforços para o tombamento desse café como Patrimônio Cultural do Estado, as argumentações giravam em torno “da difusão da cultura

<sup>140</sup> SILVEIRA, Paola Vieira da. **Novembrada, revolta catarinense contra ditadura:** das impressões do momento às interpretações posteriores. 2013. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013, p. 11.

<sup>141</sup> SARMENTO, Anaíra Sousa de Moraes; GREVE, Vitória Gonçalves Pereira. A cobertura jornalística da Novembrada em Florianópolis. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.137-149, 2014, p. 138.

<sup>142</sup> BRISTOT, Lídia, op. cit., 2014, p. 64-67.

<sup>143</sup> “Um dos aspectos que singulariza o Ponto Chic perante as demais cafeterias da cidade, é a Confraria *Senatus Populusques Florianopolitanus*, ou Senadinho, criada em setembro 1979, por Edy Leopoldo Tremel e Ludwig Wolfgang Rau, com o objetivo de reunir os clientes mais assíduos do estabelecimento. Na Confraria, diplomas seriam anualmente entregues aos escolhidos “senadores”, sendo que a maioria eram personalidades da cidade que frequentavam o Café”. Ver em: SOUZA, Isabella Cristina. Ponto Chic, um ponto de encontro: patrimônio cultural e memórias sobre o Café Senadinho. In: Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”, 1, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH-SC, p. 1.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 11.

mané”<sup>145</sup> e da participação na Novembrada. Percebe-se que há uma reconstrução da memória do Senadinho em que ocorre a ressignificação dessa memória no cenário da resistência catarinense. Como ressalta Isabella Souza, “de apenas um Café onde o presidente recebera uma homenagem, passou a ser visto como o próprio lugar símbolo da luta contra a ditadura e de redemocratização do país (...)”<sup>146</sup>.

Para Elizabeth Jelin, socióloga argentina que tem seus estudos voltados para os Direitos Humanos e memórias sobre a repressão política, a memória não se estabelece, ela permanece num contínuo trabalho, pois é “uno agente de transformación, y el proceso se transforma a sí mismo y al mundo. La actividad a que la memoria implica ‘trabajo’ es incorpora al que hacer que genera y transforma el mundo social<sup>147</sup>.”

Ao refletir sobre a reconstrução histórica de períodos ditatoriais, a autora Raquel Rocha propõe que: “tão importante quanto a reconstrução histórica do período ditatorial do Brasil é compreender a memória sobre tal período, seu conteúdo simbólico e imaginário e também sua força identitária, posto que se tornou sinônimo de juventude e rebeldia [...]”<sup>148</sup>.

A reconstrução da memória da participação do Senadinho na Novembrada possibilita-nos refletir acerca da necessidade de se conectar o lugar de fala à memória coletiva sobre o período. A memória desse evento está relacionada à resistência e ao enfrentamento dos estudantes e populares ao presidente da república *que foi escorraçado pela multidão*. Entendo que essa reconstrução visa atender ao propósito de se posicionar ao lado dos *vencedores*; ou dos protagonistas desse evento.

Ao abordar a questão da memória sobre a Novembrada, a historiadora Lídia Schneider Bristot, em sua pesquisa que tem como objetivo compreender a participação de mulheres no Movimento Estudantil da UFSC infere que: “o foco nesse evento acaba muitas vezes invisibilizando outras vivências e outras resistências que ocorreram na cidade, mas não tiveram suas memórias tornadas públicas”<sup>149</sup>. Acredito que a invisibilização e omissão

---

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>147</sup> JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, op. cit., 2002, p. 14.

<sup>148</sup> ROCHA, Raquel Caminha. Construindo uma memória militante: mulheres e oposição à ditadura civil-militar brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADES E CULTURAS, 1, 2012, Ceará. **Anais...** . Ceará: UEC, 2012, p. 1 - 27.

<sup>149</sup> BRISTOT, Lidia Schneider, op. cit. p. 19.

de movimentos de resistência catarinenses, inclusive, do MFPA contribui para o cenário de desqualificação e esquecimento do movimento.

### **3.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:** a desqualificação e o silenciamento do MFPA-SC

Diante do cenário de construção da memória, o esquecimento e o silêncio, também, devem ser problematizados. Ao buscar compreender a articulação desse movimento em Santa Catarina, além de ter me deparado com abordagens superficiais sobre o tema, percebi que há um descrédito, inclusive, nas falas das mulheres que participaram do movimento. Afinal, passados quase quarenta anos da formação do núcleo catarinense do MFPA que essas mulheres tiveram a possibilidade de falar acerca das suas experiências de resistência.

De acordo com Alessandro Portelli, “cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados”<sup>150</sup>. Cada fala é carregada de significado e de subjetividade que ao longo dos anos foram se contornando e se reconstituindo. Ainda mais em se tratando de narrativas de mulheres em que há a tendência da desvalorização da sua atuação política, em função da noção, socialmente construída, de que a política não é para as mulheres<sup>151</sup>.

Assim como a memória é passível de esquecimentos, com relação ao ato de rememorar, a autora Ecléa Bosi aponta que:

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com as imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual<sup>152</sup>.

<sup>150</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr., 1997, p. 17.

<sup>151</sup> PERROT, op. cit., 1988, p. 184.

<sup>152</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.55.

Compreendo, diante disso, que ao rememorar as suas vivências do período repressivo, as narrativas das entrevistadas passam pela reordenação e reinterpretção das suas ações do passado em virtude do presente. Com a realização das entrevistas, entendo que as discussões sobre a construção da memória e o esquecimento estão interligadas, visto que “a memória é permeada de silêncios, esquecimentos e não ditos”<sup>153</sup>. E, talvez, afirmar que não se recorda, seja uma forma de defender sua narrativa, sendo que o ato de rememorar já é uma interpretação do passado. De acordo com Alessandro Portelli, a “motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*”<sup>154</sup>. Nesse sentido, o esquecimento, também, tem algo a dizer.

A surpresa ao serem contatadas para falar sobre o MFPA pode estar atrelada a pouca importância atribuída a esse movimento em função da construção da memória da resistência catarinense que evidencia a Novembrada. Segundo Michael Pollak, as operações de salvaguarda de ações do passado podem estar, de forma consciente ou não, “na tentativa de reforçar ou definir sentimentos de pertencimento ou de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”<sup>155</sup>.

Apesar de não pensarem o MFPA como importante no cenário de resistência à ditadura civil-militar, as mulheres entrevistadas denotam o caráter importância às famílias dos presos políticos, no sentido do apoio emocional, financeiro e de orientação com relação aos que estava acontecendo. Ao questioná-las sobre a importância do núcleo catarinense do MFPA, Marise Maravalhas respondeu-me da seguinte maneira:

Eu acho que pras famílias terem, saberem o que estava acontecendo. E serem orientadas de como proceder, de como saber; onde que estavam às pessoas, quem eram... Desapareciam sem elas saberem, de repente apareciam mortas em algum lugar... Ou nunca mais... Até hoje não apareceram né...<sup>156</sup>.

Percebe-se neste sentido a preocupação de Marise, enquanto participante do MPFA com a questão familiar, voltada ao auxílio das famílias que tinham seus entes

---

<sup>153</sup> POLLAK, op. cit., 1989, p. 8.

<sup>154</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 2.

<sup>155</sup> POLLAK, op. cit., 1989, p. 9-12.

<sup>156</sup> MARAVALHAS, Marise, op. cit., 2014.

queridos desaparecidos (e/ou mortos) pelo regime autoritário, por ter se encontrado na mesma posição; o seu ex-companheiro foi um dos presos políticos na Operação Barriga Verde.

Ao participar desse movimento, Maria Rita Bessa observa que, não só passou a compreender o cenário político e os abusos que estavam sendo cometidos pelo governo autoritário, como teve a possibilidade de ajudar outras pessoas. Segundo ela:

Assim ó: eu era mais alienada, né. Depois disso tudo eu fiquei bem mais esperta pra tudo. (...) Foi importante porque nós estávamos o quê? Querendo liberar, soltar os nossos maridos, né, os nossos filhos e... Era essa a importância.

(...) Por alguém, Certo! Que eu não medi esforços, nenhum! Não tinha medo mesmo; medo nenhum. Fazia mesmo. As pessoas morriam de medo e tudo mais, eu ficava falando um monte...<sup>157</sup>.

A narrativa da Maria Rita demonstra a coragem do enfrentamento a ordem vigente e de não poupar esforços para lutar pela liberdade dos presos políticos. Esses relatos são narrações sobre si e de como se entendem enquanto participantes da cena política. Ao rememorar essa atuação política, essas pessoas interpretam o passado a partir da recordação do presente e, por meio dele, reconstroem a sua identidade. De acordo com Pollak,

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si<sup>158</sup>.

Ao rememorar a sua participação no MFPA, Maria Rita consegue identificar a reconstrução de si própria; seja pelo caráter traumático dos eventos promovidos pela Operação Barriga Verde, seja pela atuação política que desempenhou e que não mais passou despercebida com o passar dos anos.

Além da possibilidade de ajudar outras pessoas, na fala de Maria Helena Garcia, fica explícita a oportunidade da resistência e da luta política. Ao atribuir significado na possibilidade de melhorar as condições dos presos políticos, ela infere que:

---

<sup>157</sup> BESSA, Maria Rita, op. cit., 2014.

<sup>158</sup> POLLAK, 1992, p. 204.

Olha, eu acho que foi uma possibilidade de ter uma atuação; uma resistência né, uma forma de luta que, a gente se sentia muito. Nós estávamos muito sofridos, todos nós, assim, porque, eram amigos, eram familiares que tinha sido torturados, que eram pessoas bonitas, que eram pessoas que queriam coisas boas para todo mundo, generosas e tal. E, quando você sofre uma violência, assim, além do que, eu, também, fui seguida, sabe; a minha casa teve um assalto, lá que foi muito suspeito. Porque os meus papéis estavam todos espalhados e, a gente foi seguida várias vezes, então, pessoalmente, também, né Estava farta daquela censura, daquela, daquele autoritarismo, daquela prepotência né. Então, tinha sofrimento, tinha raiva, tinha indignação e, a Anistia era um, era uma forma de a gente de luta, de enfim, de oposição né de... E, também, de solidariedade, também com o pessoal que estava lá preso, que tinha sofrido diretamente. Era o mínimo que a gente podia fazer, pra ajudar, pra enfim, resgatar; dar uma possibilidade de eles continuarem suas vidas<sup>159</sup>.

Apesar de não estar dito em suas falas é inegável a importância desse movimento tanto para pressionar o governo militar acerca das prisões arbitrárias quanto ao apoio aos familiares dos presos políticos. Diante da seleção do que é lembrado e do que deve ser dito, fazem-se presentes os esquecimentos, omissões, criações e recriações cheios de significado<sup>160</sup>.

O núcleo catarinense do MFPA, ainda que reduzido, contribuiu para a legitimação do movimento no sentido nacional, não só para a disseminação das ideias, mas para a legitimação da unidade da luta em prol dos presos e exilados políticos. Não se pode deixar de perceber que a existência do núcleo de São Paulo foi fundamental para a existência do núcleo de Santa Catarina, assim como, o contrário, também, é válido, pois para disseminação do movimento pelo território nacional, era extremamente vital o respaldo em diferentes estados. Apesar de não ter uma atuação profícua no cenário catarinense, essas ideias não passaram despercebidas; elas foram sentidas e apropriadas, da forma como foi possível, pelas pessoas que participaram.

---

<sup>159</sup> GARCIA, Maria Helena, op. cit., 2014.

<sup>160</sup> FONTELES, Ana Rita D., op. cit., 2012, p. 206-207.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita deste trabalho procurei analisar a atuação do núcleo catarinense do Movimento Feminino pela Anistia e a sua participação no cenário de resistências à ditadura civil-militar. Apesar de algumas pesquisas se preocuparem em enfocar a participação de mulheres nas lutas contra o regime ditatorial, percebo que ainda prevalece uma desqualificação em função do caráter hegemônico de algumas memórias. Como é o caso da memória da Novembrada em Santa Catarina.

Ao recorrer às memórias e experiências das participantes do núcleo catarinense do Movimento Feminino Pela Anistia, tive o propósito de fazer uma escrita sobre a atuação política do movimento a partir da fala delas próprias. Nesse sentido, acredito que seja possível compreender a articulação desse movimento na construção e ressignificação de uma memória oficial sobre o período de 1975 a 1979.

A década de 1970 deve ser percebida como uma significativa chave interpretativa para compreender os movimentos de oposição às ditaduras civil-militares que assolavam a América Latina. Durante a década de 70, também, são sentidos os efeitos da chamada “Segunda onda” do movimento feminista, cujas reivindicações são às questões ligadas ao corpo feminino e a criação dos primeiros grupos de discussão feministas brasileiros. A declaração da ONU, em 1975, como o Ano Internacional da Mulher, tornou o ambiente propício para que movimentos como o MFPA emergissem.

O Movimento Feminino Pela Anistia foi oficialmente instituído em dezembro de 1975, na cidade de São Paulo, pela advogada Therezinha Godoy Zerbine. A principal bandeira desse movimento era a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos os presos e exilados políticos pelo regime ditatorial vigente. O MFPA surgiu da necessidade de serem denunciadas as práticas de mutilações, perseguições e morte aos “inimigos do país” após a edição do Ato Institucional nº5, em 1968. Com a declaração deste ato, considerado o mais violento de todos, foi declarado o caráter ditatorial do governo, promovendo a oficialização do terrorismo de Estado e supressão das garantias legais.

A presidenta, Therezinha Zerbine, e uma das principais vozes do movimento, percorria todo o território nacional, dando palestras a fim de conscientizar a população sobre o que o país estava passando e convocar a todos pela causa da Anistia. Uma

característica bastante controversa do Movimento, e que despertou *acusações* de serem militantes feministas, é o fato de não ser permitido a participação de homens nas reuniões. Entendo que essa posição deve ser concebida enquanto como “estratégia de guerra”, visto que o gênero era utilizado como proteção contra os agentes da repressão. Diante disso, não prenderiam a mãe/avó/esposa que estava procurando informações sobre seus entes porque ela estava agindo de acordo com o seu *papel* na sociedade.

A compreensão do gênero como instrumento estratégico no campo da ação política, possibilita a assimilação de como as identidades impostas podem ser reconfiguradas em períodos de exceção e de como esses regimes atingem homens e mulheres de formas diferentes.

Ao longo da atuação e militância do MFPA percebe-se uma aproximação e distanciamento do feminismo. Ao problematizar essa aproximação do MFPA com o Feminismo, não tive a finalidade de cobrar uma postura feminista dessas mulheres muito menos que estivessem totalmente conscientes dessa aproximação com a discussão feminista, mas não acredito que exista um total distanciamento entre os movimentos, como Therezinha Zerbine buscava enfatizar. As ideias e os questionamentos relacionados à condição das mulheres estavam circulando e, de uma forma ou de outra, também, foram sentidas e algumas delas absorvidas pelos movimentos de mulheres.

Com a disseminação do MFPA, foram criados diversos comitês ao longo do território nacional, caracterizados pela mobilização de mulheres em resistência à ditadura brasileira, que ao se utilizarem da identidade tradicional de gênero (mães, esposas, irmãs, aflitas por saberem notícias de seus entes), conseguiram ampliar o movimento ao mesmo tempo em que se protegiam da repressão. Contou com o apoio da Anistia Internacional e de diversos seguimentos, tais como a Igreja, os Movimentos Estudantis e de Operários, entre outras mobilizações da sociedade civil.

No tocante à memória da resistência catarinense à ditadura civil-militar, percebo que o movimento amplamente conhecido como Novembrada tende a condensar todo esse cenário, solapando outros movimentos que não tiveram ampla divulgação. A invisibilização de outros movimentos, inclusive, do MPFA contribui para o cenário de desqualificação e esquecimento do movimento. Acredito que isso esteja relacionado ao fato de que a



Novembrada, após ter sido *gestada* pelo Movimento Estudantil da UFSC, contou com o apoio popular e, este se tornou decisivo para caráter de sucesso da manifestação<sup>161</sup>.

As narrativas das mulheres entrevistadas para essa pesquisa são alternadas entre esquecimentos e pequenas recordações de símbolos difundidos pela memória coletiva do período. Ao mesmo tempo em que compreendem que a participação nesse movimento foi importante para ajudar tanto aos familiares quanto aos presos políticos, atribuem um sentido de desqualificação por não ter tido uma forte atuação ou reconhecimento da sociedade. Porém, também, foi concebido como uma oportunidade de participação na resistência à ditadura civil-militar.

A Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia, foi promulgada pelo então presidente da república João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Apesar de ser considerada uma vitória dos Movimentos pela Anistia a promulgação dessa lei, ela tomou um caminho diferente do esperado. Em função dessa aprovação, os exilados e opositores obtiveram o perdão e os seus direitos à cidadania brasileira restabelecida. Em contrapartida, os promotores do regime militar foram igualmente beneficiados pelo projeto, que entrou em vigor no ano de 1979, ao se apoiarem no trecho da Lei na qual diz que serão anistiados àqueles que cometeram “crimes conexos”.

A maior discussão está na interpretação dessa expressão, pois para os torturadores “conexos” seriam os crimes praticados no contexto geral da disputa política da época. Ou seja, a situação na qual eles se encontravam não era por escolha própria e, sim, pela função em que desempenhavam no período. Para os que defendem a revisão da Lei, essa interpretação não tem sentido jurídico já que na prática representaria uma auto anistia.

Diante desse cenário de luta e reivindicações pelo restabelecimento da democracia e de liberdades individuais, o projeto de Anistia aprovado pelo governo, apesar de não atender totalmente à demanda dos movimentos sociais, representou um avanço em termos democráticos. O objetivo deste trabalho foi o de escrever a história do MFPA por meio da falas das mulheres que participaram desse movimento, que estavam em consonância com o cenário nacional, mas que foi relegado ao esquecimento.

Sem ter a pretensão de encerrar esse assunto e assumindo o caráter restrito desta pesquisa, finalizo esse trabalho entendendo a contribuição da atuação do MFPA catarinense

---

<sup>161</sup> BRISTOT, Lídia, op. cit., 2014, p. 64-67.

no cenário de lutas brasileiro e que o mesmo carece ser estudado por diferentes perspectivas historiográficas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo as ditaduras**: história do movimento estudantil catarinense 1974-1981. Florianópolis: Conceito, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. **História Oral**, v. 15, n. 2, jul.- dez., p. 11-31, 2012.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. O movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia. Curitiba: CRV, 2011.

BEIRIGO, Isabel Cristina Felipe. “A Esperança Dança na Corda Bamba...”: Abertura política titubeando em avanços e retrocessos. **História e-História**, Campinas, p.1-5, mar. 2010. Disponível em: <[http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=272#\\_ftn](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=272#_ftn)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder**: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Define Infrações Disciplinares Praticadas Por Professores, Alunos, Funcionários Ou Empregados de Estabelecimentos de Ensino Público Ou Particulares, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BRISTOT, Lídia Schneider. **Mulheres no movimento estudantil de Florianópolis (1975-1979)**. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124796>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria**: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979). São Paulo, SP, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DREIFUS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero**: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

\_\_\_\_\_. Mulheres em Guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe, VEIGA, Ana Maria (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Therezinha Godoy Zerbini e Carmen Lara Castro**: as “burguesonas” que foram à luta. Florianópolis: UFSC, 2013. 10 p. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386786818\\_ARQUIVO\\_TamyAmorimdaSilva.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386786818_ARQUIVO_TamyAmorimdaSilva.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GREEN, James N.. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul-dez., 2003, p. 201-221. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/Topoi%2007/topoi7a1.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a1.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2014.

JELIN, Elizabeth. Ante, de, en, y Mujeres y Derechos Humanos. **America Latina Hoy**. Salamarca: Universidade de Salamarca. Novembro, n. 009, 1994.

\_\_\_\_\_. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI de Espana, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LACERDA, Gislene Edwiges de. Movimento Estudantil na transição democrática brasileira: entre história e memória. In: XII - ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2014, Teresina. **Anais...**. Teresina: UFPI, 2014. p. 4. Disponível em: <[http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397528990\\_ARQUIVO\\_artigo\\_encontro\\_HO2014.pdf](http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397528990_ARQUIVO_artigo_encontro_HO2014.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2014.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: EdUFSC e Fundação Boiteux, 2006.

MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.] 1984.

PARANHOS, Adalberto. Música política e ideologia: migrações de sentidos na canção popular. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. 2009, Fortaleza. **Anais**: Fortaleza. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0752.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PEDRO, Joana Maria. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.81-102, 2005. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a06v13n1>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v.24, n.1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-9074200500010004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200500010004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 set. 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método: as estratégias do fazer história. In: \_\_\_\_\_. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETERSEN, Janine. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Centro de Filosofias e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88340/225819.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 jun. 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 423-433.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992. Semestral, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989. Semestral, p.9-12.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr., 1997.

REIS, Daniel Aarão; MORAIS, Pedro. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

ROCHA, Raquel Caminha. Construindo uma memória militante: mulheres e oposição à ditadura civil-militar brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADES E CULTURAS, 1, 2012, Ceará. **Anais...** . Ceará: UEC, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela Anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974 – 1979). **Tempo e Argumento: Revista do programa de pós-graduação em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/711>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SARTI, Cynthia A.. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cad. Pagu**. 2001, n.16, pp. 32-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>> Acesso em: 22 set. de 2014.

\_\_\_\_\_. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION), 21., 1998, São Paulo. **Anais...** .Chicago: Latin American Studies Association, 1998. p.6. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:e4o2ftnUXIQJ:www.revista.historiaoral.org.br/index.php%3Fjournal%3Drho%26page%3Darticle%26op%3Ddownload%26path%255B%255D%3D114%26path%255B%255D%3D109+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SARMENTO, Anaíra Sousa de Moraes; GREVE, Vitória Gonçalves Pereira. A cobertura jornalística da Novembrada em Florianópolis. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.137-149, 2014. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/685/307>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVEIRA, Paola Vieira da. **Novembrada, revolta catarinense contra ditadura: das impressões do momento às interpretações posteriores**. 2013. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/2187/Paola\\_Vieira\\_da\\_Silveira.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/2187/Paola_Vieira_da_Silveira.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 08 jun. 2015

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2005, vol.13, n.3, pp. 591-612.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a08v13n3.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

TORRES, Mateus Gamba. **A Justiça nem ao Diabo se há de negar: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975)**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em:

<[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/478/mateus\\_gamba\\_torres.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/mateus_gamba_torres.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Porto Alegre. **Vestígios do Passado: a história e suas fontes**. Porto Alegre: Anpuh - RS, 2008. p. 1 - 10. Disponível em <[http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464\\_ARQUIVO\\_trabalhocompletoanpuh.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007.

\_\_\_\_\_; SILVA, Tamy Amorim da. Movidas pelo afeto: três mulheres na resistência à ditadura no Brasil, Paraguai e Bolívia (1954-1989). **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.190-211, 11 jun. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: 10.5007/1807-1384.2013v10n1p190. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n1p190>>. Acesso em: 03 jun. 2015

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia: Semente da liberdade**. São Paulo, 1979.

## FONTES IMPRESSAS

O ESTADO, Ano 63, nº 18875, 11 nov. 1977.

O ESTADO, Ano 63, nº 18.889, 26 nov. 1977.

O ESTADO, Ano 63, nº 18.899. 27 nov. 1977.

## FONTES ORAIS

BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 09 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo da autora.

GARCIA, Maria Helena. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 01 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo da autora.

GRANDO, Margaret. **Movimento Feminino pela Anistia SC**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 20 de abril de 2015]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo da autora.

MARAVALHAS, Marise. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. [Depoimento: 08 de agosto de 2003]. Entrevista concedida à Janine. Acervo da Autora.

MARAVALHAS, Marise. **Movimento Feminino Pela Anistia**: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. [Depoimento: 05 de setembro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo da autora.



## ANEXOS

## Anexo 1. Relatório de observação do DEOPS ao "Campus Universitário" da USP. 1975/76.

3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDENCIA DEPTO. ESTADUAL DE ORDEM POLITICA E SOCIAL.  
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES.

Senhor Diretor.

Cumprindo determinações de V.Sa., no sentido de efetuar observação no "Campus Universitário", da Universidade São Paulo, informo que:

FACULDADE DE HISTORIA E GEOGRAFIA:- o ATO PÚBLICO, pela liberdade de Roberto João Motta e Anistia a Todos os presos políticos, teve lugar no Anfiteatro de Geografia, com início às 21:30 horas, com a participação de 450 a 500 alunos/ aproximadamente, a mesa era composta de cinco elementos, sendo dois alunos da USP, um representante da Universidade Federal - Fluminense, Terezinha Zerbini e Maria Rita Bessa Motta.

Na reunião encontravam-se presentes, representante da Faculdade de Direção da USP, representante do DCE - da Faculdade Federal Fluminense, representante da Faculdade de Engenharia Mauá, Terezinha Zerbini - Presidente do Comitê Feminino pró - liberdade e anistia a presos políticos e Maria Rita Bessa Motta - esposa de ROBERTO JOÃO MOTTA - ex-presidente do DCE da UFSC. Estava programado o comparecimento dos Deputados Alberto Gádmán, Ayrton Soares, Freitas Nobre e o Jornalista - Raimundo Pereira, contudo os mesmos não compareceram à Reunião.

O debate girou em torno da Liberdade de - Roberto João, ficando decisão a feitura de um abaixo-assinado para Liberdade de Roberto João e a todos os presos políticos e exilados. Maria Rita Bessa Motta, contou aos presentes os pormenores da prisão de seu marido (Terezinha Zerbini chorou), dizendo que seu estado de saúde é precário, e que mesmo assim era obrigado a se deslocar até a cidade de Curitiba para depôr na 5ª Região Militar, mas que sempre retornava sem depôr devido ao seu estado de saúde; que, já havia solicitado várias vezes a transferência de Roberto João do manicômio-judiciário para uma clínica particular; que, enviou várias cartas ao Comitê Pró - Anistia aos presos políticos - Internacional, com sede na França, à Cúria de São Paulo e à Terezinha Zerbini.

A Reunião terminou por volta das 00:00 horas, sendo que foi arrecadado durante a Reunião, dinheiro, que foi cedido a Maria Rita.

As propostas apresentadas durante a Reunião encontram-se no panfleto denominado "ANISTIA", que estava sendo distribuído durante a reunião, o qual segue anexo.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA:- (barracos) - estava sendo distribuído o panfleto denominado "FAÇA ANCIADA"

cont. fls. 02. 50 C 0 11N x



**CONTINUAÇÃO:** Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia promovido pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia de São Paulo – 1978, página 2.

CBA/SP

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA  
SÃO PAULO

2

ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA

E então, neste sentido, que esta luta beneficia não apenas aqueles que foram diretamente punidos, mas à grande maioria do povo brasileiro, impedido hoje de participar ativamente da vida política e econômica do país, pelos atos e leis de exceção, particularmente o Ato Institucional nº 5.

Reafirmamos que Anistia não é uma dívida, mas sim uma conquista a ser feita por todos os brasileiros.

**2. ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

A luta pela Anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas.

Estamos convencidos que todos os elementos básicos que dão justa à luta pela Anistia estão colocados no momento político atual e já integram a consciência democrática de nosso povo.

A luta pela Anistia se vincula, desde logo, com as lutas de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e pela posse da terra nos que nela trabalham.

Nesses anos todos, o sofrimento dos presos políticos foi também o sofrimento dos trabalhadores da cidade - desde a intervenção nos sindicatos ao arrocho salarial; dos trabalhadores do campo - desde a expulsão de suas terras à repressão brutal em favor do latifúndio; dos estudantes - desde a dissolução de suas organizações representativas às invasões da Universidade.

Prepotentemente, o regime cassou mandatos legislativos, censurou a Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema, Teatro e Música. Extinguiu partidos políticos. Fechou o Congresso várias vezes.

Impôs o silêncio à todos.

Pois bem. A sucessão interminável de arbitrariedades e violências feriu a dignidade e desafia a fibra do povo brasileiro.

A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais a desumana repressão que se abateu sobre o País, nos últimos 14 anos.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestação do pensamento.

CBA / SP — Travessa Brigadeiro Luis Antonio N.º 21 - CEP 01318 - Bela Vista - São Paulo - Brasil

Fonte: Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

CONTINUAÇÃO: Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia promovido pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia de São Paulo - 1978, página 3.

**CBA/SP**

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA  
SÃO PAULO

3

ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos o direito de todos à inalienável liberdade de associação e de reunião, defendendo a livre organização dos trabalhadores em seus sindicatos e em seus locais de trabalho e residência. E proclamamos como justo o direito de greve.

Por isso, estamos lutando pela ANISTIA. IMEDIATAMENTE. E afirmamos como justa e legítima toda a atividade política pela qual os amplos setores da população possam expressar seus interesses, apresentar suas propostas ao conjunto da Sociedade, e assim, participar do processo político da Nação brasileira e, nesse sentido defendemos a ampla liberdade de organização de todos os partidos políticos.

3. ANISTIA E REFORMAS POLITICAS

E parte da luta pelas liberdades democráticas, no Brasil de hoje, e portanto dos organismos que lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRAITA, a denúncia das reformas constitucionais enviadas pelo governo para a aprovação do Congresso.

As reformas propostas tem uma mesma base e objetivo - a negação da soberania popular, a perpetuação do arbítrio governamental, a manutenção da grande maioria da população na condição de marginalização política.

Presidentes escolhidos pelos antecessores e eleitos indiretamente. Governadores e senadores biônicos eleitos por Colégios eleitorais fabricados, sob medida, para garantir vitórias governamentais nos locais onde a oposição é majoritária. Campanhas eleitorais subordinadas à Lei Falcão. Sindicatos sujeitos à antiga legislação corporativa e intervencionista que o Governante pode agravar por decreto. Que considera crime a solidariedade e a greve dos trabalhadores.

Manutenção de milhares de exilados, cassados, banidos, reformados, aposentados e presos políticos - afastados da plena cidadania porque, algum dia, agiram ou foram considerados como obstáculos do regime.

As reformas contemplam a criação de novos partidos políticos. Mas, como de costume, formados de cima para baixo e cerceando a organização de partidos que reflitam expressivas correntes políticas, ideológicas e econômicas, além de impedir que os trabalhadores tenham suas efetivas organizações políticas atuando de maneira legal e independente.

Estas reformas procuram eternizar um presente que não tem o

**CBA/SP** - Travessa Brigadeiro Luis Antonio N.º 21 - CEP 01518 - Bela Vista - São Paulo - Brasil

**CONTINUAÇÃO:** Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia promovido pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia de São Paulo - 1978, página 4.

CBA/SP

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA

SÃO PAULO

4

ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA

apoio e nem corresponde aos interesses da Nação.

Na prática não mudam realmente nada.

Mas, paradoxalmente, registram uma mudança.

Diante da crise econômica, do aumento da insatisfação, da retomada das mobilizações e reivindicações populares, o regime é compelido a mudar. É diante da reivindicação ampla da sociedade civil por liberdade e democracia, passou a falar em democracia, mas "relativa"; em liberdade, mas tutelada e vigiada.

Institui-se o "habeas corpus" aos presos políticos, mas se garante prazo de incomunicabilidade suficiente para "investigações" ... e arbitrariedades; devolve-se as garantias da magistratura, mas as limita em lei. Promete-se extinguir o Ato Institucional nº 5, mas não sem antes criar "estados" e medidas de emergência subordinadas aos critérios do Executivo. Extingue-se o poder do Executivo cassar mandatos legislativos e a proibição perpétua dos cassados pelas leis de exceção de atuarem politicamente, mas continuariam vigorando até o fim, as "penas" aplicadas aos que um dia e em nome do povo, referiram-se, no dizer de Alencar Furtado, "às viúvas do quem sabe e do talvez".

Os Movimentos pela Anistia denunciam as reformas propostas.

Reformas que nem consideram a Anistia, quando sabemos que a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é condição imprescindível para superar a divisão criada, pelo arbítrio e exceção, entre os brasileiros.

Reformas que representam esforço diversionista em relação aos fundamentais interesses políticos e sociais do País.

Os Movimentos pela Anistia denunciam as reformas pelo que elas verdadeiramente são: o esforço para institucionalizar o arbítrio, marginalizar os setores populares e eternizar o grupo governante no poder.

**4. A TAREFA FUNDAMENTAL**

A conquista da Anistia depende, fundamentalmente, da transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais.

E esse compromisso-meta que, solenemente, os movimentos pela Anistia assumem perante a Nação, certos de que, sem odiar e sem esquecer, mas decididamente, inapelavelmente, o povo brasileiro

**CBA/SP** - Travessa Brigadeiro Luis Antonio N.º 21 - CEP 01518 - Bela Vista - São Paulo - Bras. J

Fonte: Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

**CONTINUAÇÃO:** Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia promovido pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia de São Paulo – 1978, página 5.

CBA/SP

**COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA**  
**SÃO PAULO**

5

ENCONTRO NACIONAL DE MOVIMENTOS PELA ANISTIA

está retomando os passos interrompidos que o levarão a virar a página da exceção em que vive, para construir a sua força e o seu futuro.

Salvador, 9 de setembro de 1978.

COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA - RJ  
 COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA - SP  
 COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA - BA  
 COMITE NORTE-RIOGRANDENSE DE ANISTIA  
 COMITE GOIANO PELA ANISTIA  
 COMITE LONDRINENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS - SEÇÃO CBA  
 COMITE PARAENSE PELA ANISTIA DA SOCIEDADE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (PA)  
 COMITE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE FEIRA DE SANTANA - BA  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - SP  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - BA  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - MG  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - CE  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - PB  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - RS  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - SE  
 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - PE  
 MOVIMENTO MATOGROSSENSE PELA ANISTIA E DIREITOS HUMANOS

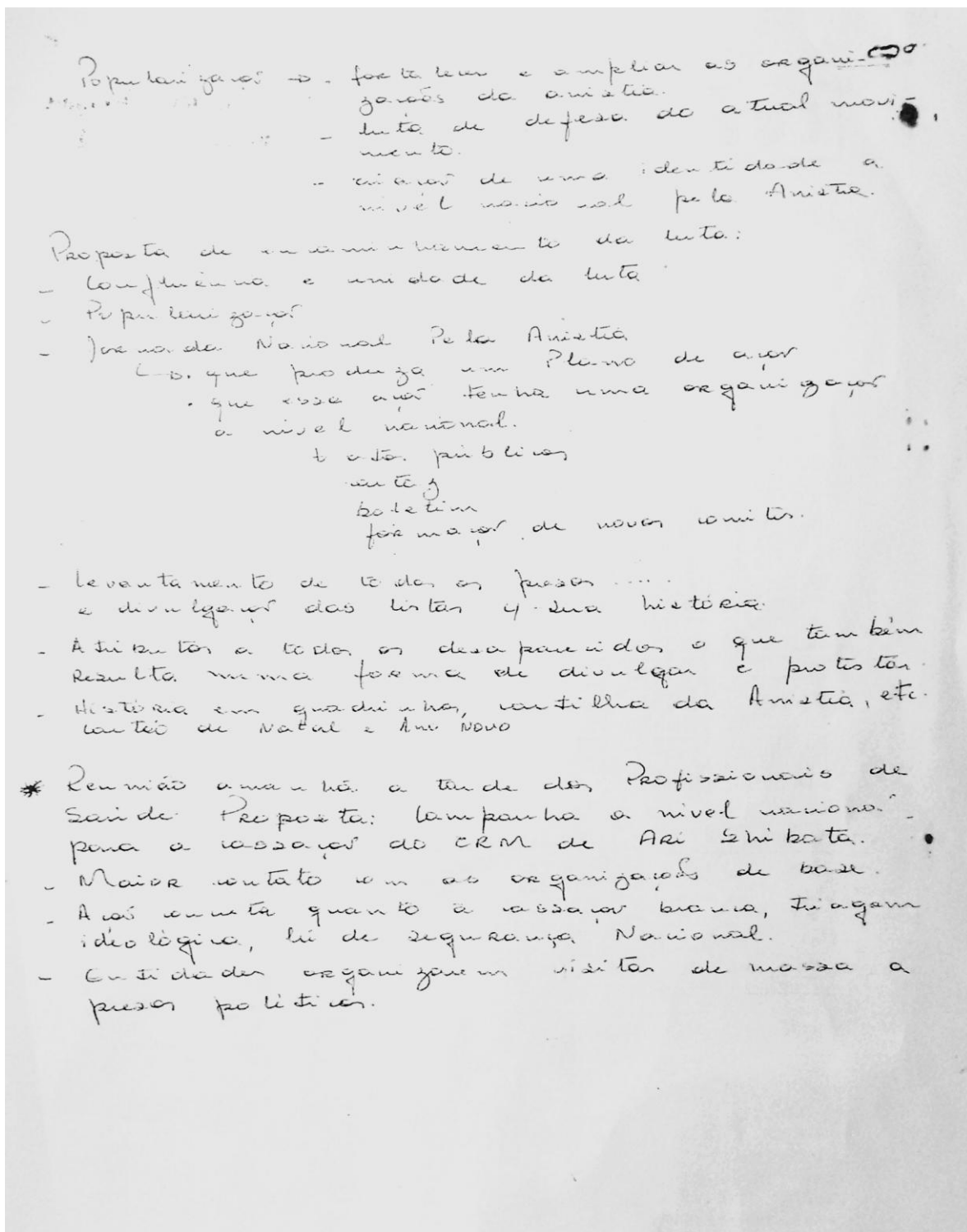
OBSERVAÇÃO: Esta reunião decidiu, também, a realização do 1º Congresso Nacional pela Anistia. Será efetuado de 2 a 5 de novembro próximo, em São Paulo. Pedimos o seu apoio e adesão à realização do Congresso.

ADESÕES:

**CBA/SP** — Travessa Brigadeiro Luís Antonio N.º 21 - CEP 01318 - Bela Vista - São Paulo - Brasil

Fonte: Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.

**CONTINUAÇÃO:** Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia promovido pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia de São Paulo – 1978, página 6.



Fonte: Acervo pessoal de Margaret Grando e Celso Martins.